



Monitor ODS Pará

Observatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



20
25



Monitor ODS Pará

Observatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Relatório Municipal ODS 2025 Salinópolis





GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

Helder Zahluth Barbalho

Governador do Estado do Pará

FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS - FAPESPA

Marcel do Nascimento Botelho

Diretor-Presidente

Deyvison Andrey Medrado Gonçalves

Diretor Científico

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza

Diretor de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Atyliana do Socorro Leão Dias dos Santos
Diretora de Estatística, Tecnologia e Gestão da Informação

Luziane Cravo Silva

Diretora de Pesquisas e Estudos Ambientais

Juliano Gotardo Pancieri

Diretor Administrativo

Nicolau Sávio de Oliveira Ferrari

Diretor de Operações Técnicas

Oswaldo Trindade Carvalho

Diretor de Planejamento, Orçamento e Finanças

EXPEDIENTE

Marcel do Nascimento Botelho

Diretor-Presidente

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza

Diretor de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Marcelo Santos Chaves

Coordenador de Estudos Econômicos e Análise Conjuntural

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza – FAPESPA

Coordenador Geral da Pesquisa

Marcelo Santos Chaves – FAPESPA

Coordenação Técnica

Coordenadoria de Estudos Econômicos e Análise Conjuntural - CEEAC/FAPESPA

Revisão Técnica

Centro Educacional de Tecnologia Social da Amazônia – AMAZON CETEC

Organização

ÍNDICE

Introdução..... 8

Objetivo 1 - Erradicação da Pobreza..... 9

1 - Evolução da Taxa de Pobreza..... 9

2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais..... 10

Objetivo 2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável..... 11

3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer..... 12

4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare)..... 13

Objetivo 3 - Boa Saúde e Bem-Estar..... 14

5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos)..... 14

6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes..... 15

Objetivo 4 - Educação de Qualidade..... 17

7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes..... 17

8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet..... 18

Objetivo 5 - Igualdade de Gênero..... 19

9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros..... 19

10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres..... 20

Objetivo 6 - Água Potável e Saneamento..... 22

11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto..... 22

12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita..... 23



	Objetivo 7 - Energia Limpa e Acessível	24
	13 – Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.).....	24
	14 – Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.....	25
	Objetivo 8 – Emprego Decente e Crescimento Econômico	27
	15 – Empregos Formais por Mil Habitantes.....	27
	16 – PIB per capita.....	28
	Objetivo 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura	29
	17 – Valor Adicionado da Indústria (% do PIB).....	30
	18 – Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.....	31
	Objetivo 10 – Redução das Desigualdades	32
	19 – Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).....	33
	Objetivo 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis	34
	20 – Acesso à Telefonia Móvel.....	34
	21 – Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental.....	35
	Objetivo 12 – Consumo e Produção Responsáveis	36
	22 – Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo.....	37
	23 – População de Baixa Renda com fossa rudimentar.....	38
	Objetivo 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima	39
	24 – Gastos per capita com prevenção de desastres.....	39
	Objetivo 14 – Vida na Água	41
	25 – Despesa per capita com preservação aquática.....	41
	Objetivo 15 – Vida Terrestre	42
	26 – Percentual da Área de Floresta em relação à área total.....	43
	27 – Percentual da Área Desmatada em relação à área total.....	44
	Objetivo 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes	45
	28 – Trabalho Infantil por 100 mil habitantes.....	45
	29 – Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.....	46
	Objetivo 17 – Parcerias e Meios de Implementação	47
	30 – Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB.....	48
	31 – Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.).....	49
	Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS)	50
	Anexo I - Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027	51

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução da Taxa de Pobreza, Salinópolis x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)	10
Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Salinópolis x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)	11
Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Salinópolis x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023).....	12
Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Salinópolis x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)	13
Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Salinópolis x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)	15
Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Salinópolis x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)	16
Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Salinópolis x RI Rio Caeté x Pará (2019- 2023).....	18
Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Salinópolis x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)	19
Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Salinópolis x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023).....	20
Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Salinópolis x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023).....	21
Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Salinópolis x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023).....	23
Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Salinópolis x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)	24
Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), Salinópolis x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023).....	25



LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Salinópolis x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023).....	26
Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, Salinópolis x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023).....	28
Gráfico 16 - PIB per capita, Salinópolis x RI Rio Caeté x Pará (2018-2022).....	29
Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Salinópolis x RI Rio Caeté x Pará (2018-2022)	31
Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Salinópolis x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)	32
Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB), Salinópolis x RI Rio Caeté x Pará (2019-2022)	33
Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, Salinópolis x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)	35
Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Salinópolis x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)	36
Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Salinópolis x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)	37
Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Salinópolis x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)	38
Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres, Salinópolis x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)	40
Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, Salinópolis x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)	42
Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Salinópolis x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)	43
Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Salinópolis x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023).....	44
Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Salinópolis x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)	46
Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Salinópolis x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)	47
Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Salinópolis x RI Rio Caeté x Pará (2018-2022)	48
Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Salinópolis x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023).....	49
Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Salinópolis x RI Rio Caeté x Pará (2025)	50

INTRODUÇÃO

A Agenda 2030, aprovada em 2015 durante a Cúpula de Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Geral das Nações Unidas, representa um compromisso assumido globalmente para promover o desenvolvimento sustentável em suas dimensões social, econômica e ambiental. Como resultado desse acordo internacional, foram estabelecidos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas, com início de implementação em 2016, por meio de um plano de ação integrado. Esse plano prevê a colaboração ativa de diversos setores — governos, sociedade civil, setor privado, academia e o sistema das Nações Unidas — e reconhece a erradicação da pobreza como o principal desafio a ser enfrentado, o que justifica sua posição como o primeiro dos ODS.

Alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, o **Monitor ODS Pará 2025** constitui um importante instrumento de acompanhamen-

to e avaliação das metas da Agenda 2030 nos 144 municípios paraenses. A iniciativa é resultado do *Observatório ODS-FAPESPA*, vinculado à Diretoria de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas e Análise Conjuntural (DIEPSAC), conforme instituído pela Portaria nº 020/2020 – GAB/FAPESPA.



O objetivo do Monitor é consolidar relatórios e análises de dados que permitam compreender o desempenho local em relação aos 17 ODS, oferecendo uma base confiável para o planejamento estratégico e a formulação de políticas públicas mais eficazes.

A análise apresentada neste documento baseia-se em um conjunto de 88 indicadores socioeconômicos e ambientais, vinculados às metas específicas da Agenda 2030. A seleção desses indicadores teve como objetivo refletir, de maneira clara e objetiva, os avanços e os desafios enfrentados pelo município em diversas áreas, como saúde, educação, meio ambiente, infraestrutura e igualdade social.

Dessa forma, este relatório tem como propósito fortalecer a cultura de monitoramento e avaliação contínua, contribuindo para uma gestão pública mais transparente, eficiente e alinhada com o compromisso de promover o desenvolvimento sustentável no município de **Salinópolis (PA)**.



ODS 1 ERRADICAÇÃO DA POBREZA

Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 1 (ODS 1) tem como meta eliminar a pobreza em todas as suas formas e em todos os lugares, por meio da erradicação da pobreza extrema e da redução pela metade da população em situação de vulnerabilidade, tanto monetária quanto não monetária. O avanço da pobreza, além de ser injustificável, compromete a dignidade de milhões de pessoas, gerando

desigualdades que fragilizam a coesão social e dificultam o progresso econômico. Entre as principais causas da pobreza estão o desemprego, a exclusão social e a alta vulnerabilidade de certos grupos a desastres naturais e doenças, fatores que agravam a desigualdade e contribuem para a desnutrição, o acesso limitado à educação, a discriminação e outros obstáculos ao desenvolvimento humano.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 1**: Evolução da Taxa de Pobreza e as Despesas Públicas com Serviços Essenciais.



Evolução da Taxa de Pobreza

A Taxa de Pobreza no município de Salinópolis apresentou um comportamento estável entre 2019 e 2022, oscilando levemente de 41,6% em 2019 para 41,3% em 2020, e mantendo-se praticamente no mesmo patamar até 2022 com 41,5%. No entanto, em 2023 houve uma queda acentuada, atingindo 36,4%, o menor valor da série. Na Região de Integração (RI) Rio Caeté, a taxa seguiu uma trajetória mais volátil: partindo de 53,2% em 2019, caiu para 51,9% em 2020, subiu novamente para 52,8% em 2021 e alcançou um pico expressivo em 2022 com 70,6%, seguido de redução pa-

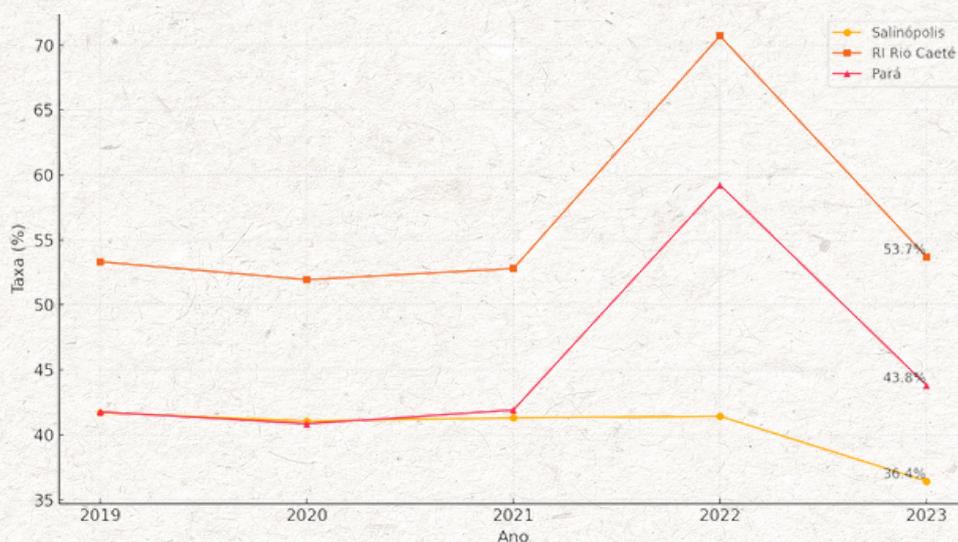
ra 53,7% em 2023, retornando a patamares semelhantes ao início da série. No estado do Pará, o padrão foi semelhante ao da RI, com queda de 41,7% (2019) para 40,9% (2020), leve alta em 2021 (41,9%), um pico de 59,2% em 2022 e queda significativa para 43,8% em 2023 (Gráfico 1).

Essa evolução evidencia que, enquanto Salinópolis manteve uma relativa estabilidade com posterior melhora em 2023, a RI Rio Caeté e o estado do Pará enfrentaram um aumento expressivo da pobreza em 2022, possivelmente em função dos efeitos econômicos tardios da pandemia, seguido



por uma recuperação no ano seguinte. A amplitude das variações na RI Rio Caeté (de 51,9% para 70,6% e retorno a 53,7%) sugere uma maior vulnerabilidade socioeconômica na região em comparação ao município e ao estado. Já Salinópolis mostrou resiliência frente às oscilações mais acentuadas observadas nos níveis superiores, encerrando o período com uma significativa redução da taxa de pobreza (Gráfico 1).

Gráfico1 - Evolução da Taxa de Pobreza, Salinópolis x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 36,4%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Despesas Públicas com Serviços essenciais

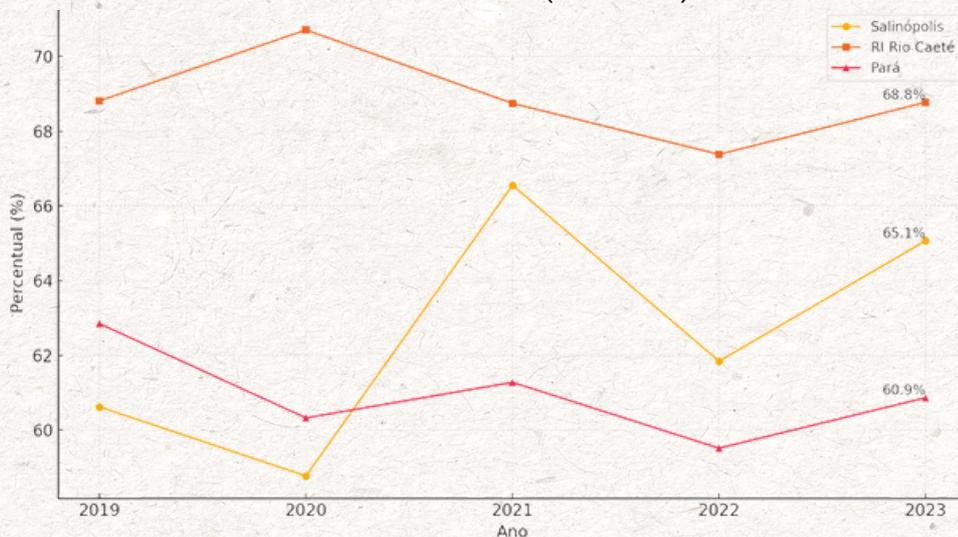
No município de Salinópolis, o percentual de despesas públicas com serviços essenciais variou consideravelmente ao longo do período. Em 2019, o valor era de 60,6%, caindo para 58,9% em 2020. Em 2021, observou-se um crescimento expressivo para 66,4%, seguido por uma queda para 62,0% em 2022. Em 2023, houve nova elevação, alcançando 65,1%, indicando um esforço de retomada dos investimentos prioritários. Na RI Rio Caeté, os percentuais permaneceram elevados e mais estáveis: partindo de 68,9% em 2019, subiram para 70,8% em 2020, recuaram ligeiramente para 68,9% em 2021 e atingiram o menor ponto em 2022 (67,2%), antes de subir novamente para 68,8% em 2023. O estado do Pará, por sua vez, iniciou com 62,8% em 2019, caiu para 60,2% em 2020, oscilou levemente nos anos seguintes e terminou com 60,9% em

2023 (Gráfico 2).

A análise mostra que Salinópolis apresentou maior oscilação nos investimentos em serviços essenciais, com um pico em 2021 e boa recuperação em 2023, sinalizando priorização crescente dessas despesas. A RI Rio Caeté, embora tenha registrado uma leve queda em 2022, manteve percentuais superiores a 67% ao longo de todo o período, indicando consistência no comprometimento com serviços essenciais. Já o Pará mostrou uma leve tendência de queda, com percentuais oscilando em torno de 60%, o que pode indicar uma estagnação ou reconfiguração orçamentária menos favorável ao setor. Esses dados revelam que, ao final do período, Salinópolis e a RI apresentaram melhores desempenhos relativos que o estado (Gráfico 2).



Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Salinópolis x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: STN.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 65,1%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 70%. Portanto, a meta não foi alcançada.

ODS 2 FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

O Objetivo 2 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU tem como foco garantir o acesso universal a uma alimentação de qualidade. Essa meta é essencial para a construção de um futuro mais justo e equilibrado para o planeta e todos os seus habitantes. Por isso, erradicar a fome, assegurar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável são prioridades desse objetivo.

Segundo a definição da Organização das Nações Unidas,

há segurança alimentar quando todas as pessoas, em qualquer momento, têm acesso físico, social e econômico a alimentos suficientes, seguros e nutritivos, que atendam às suas necessidades dietéticas e preferências alimentares, permitindo uma vida ativa e saudável. Quando essas condições não são atendidas, ocorre a chamada insegurança alimentar ou, de forma mais direta, a fome.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 2**: Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer e Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare).

Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhorar da nutrição e promover a agricultura sustentável.



Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer

Entre 2019 e 2023, a prevalência de crianças com baixo peso ao nascer em Salinópolis oscilou de forma significativa. O município iniciou o período com uma taxa de 7,8% em 2019, apresentando uma leve queda nos dois anos seguintes – 7,6% em 2020 e 7,5% em 2021. No entanto, em 2022, observou-se um aumento expressivo, atingindo 8,9%, o maior valor da série. Em 2023, a taxa recuou para 8,0%, ainda acima dos níveis anteriores a 2022. Na Região de Integração (RI) Rio Caeté, a trajetória foi semelhante: partindo de 6,7% em 2019, houve crescimento contínuo até 2022, chegando a 8,7%, com

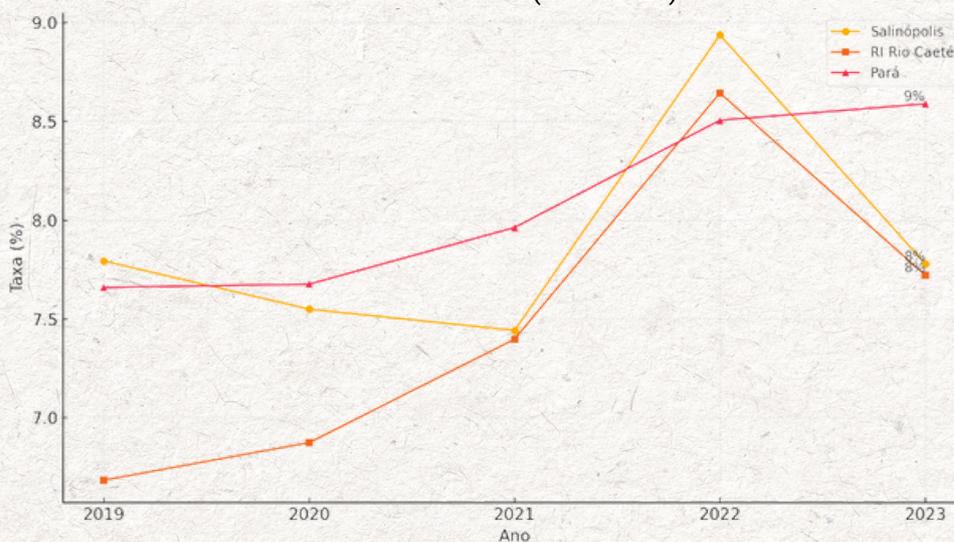
queda para 8,0% em 2023. Já o estado do Pará apresentou um crescimento mais moderado, saindo de 7,7% em 2019 e alcançando 9,0% em 2023, com aumento contínuo ao longo do período (Gráfico 3).

O comportamento do indicador sugere uma piora nas condições associadas à saúde materno-infantil, especialmente entre 2021 e 2022, quando todos os níveis territoriais apresentaram picos. A recuperação parcial em 2023, com redução nas taxas de Salinópolis e da RI, pode indicar a retomada de políticas ou condições socioeconômicas mais favoráveis. Ainda assim, os valores de 2023

permanecem superiores aos de 2019 em todas as esferas, o que aponta para desafios persistentes na prevenção do baixo peso ao nascer, sobretudo no contexto pós-pandemia (Gráfico 3).



Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Salinópolis x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 8%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

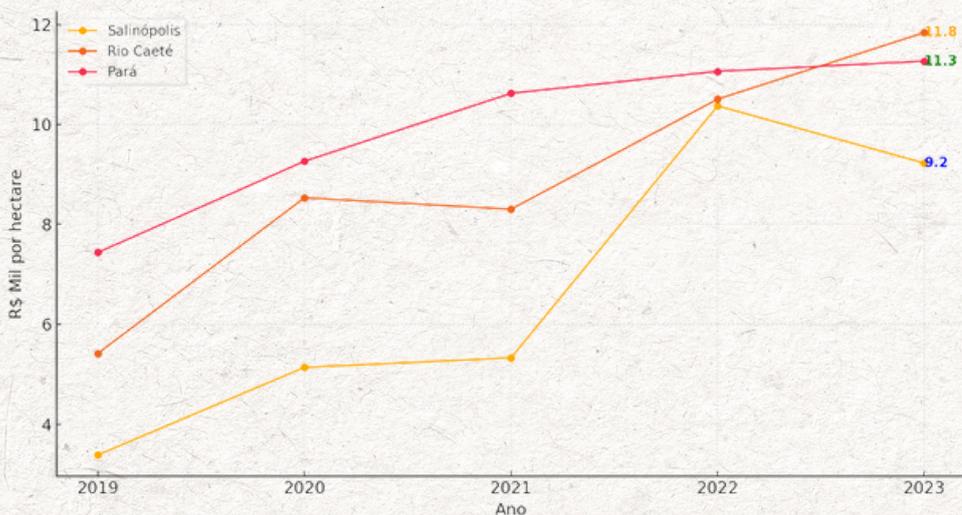
Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare)

A produtividade agrícola de Salinópolis apresentou forte crescimento no período analisado. O município partiu de R\$ 3,3 mil por hectare em 2019, subindo para R\$ 5,2 mil em 2020, R\$ 5,4 mil em 2021 e alcançando seu pico em 2022, com R\$ 10,4 mil/hectare. Contudo, houve queda em 2023, com o indicador caindo para R\$ 9,2 mil/hectare. Na RI Rio Caeté, os valores seguiram um padrão semelhante, partindo de R\$ 5,4 mil/hectare em 2019, crescendo até R\$ 8,5 mil em 2020, estabilizando em R\$ 8,3 mil em 2021 e subindo novamente para R\$ 10,6 mil em 2022. O estado do Pará teve desempenho consistente, saindo de R\$ 7,4 mil/hectare em 2019 para R\$ 9,3 mil em 2020, R\$ 10,6 mil em 2021, R\$ 11,0 mil em

2022 e finalizando com R\$ 11,3 mil/hectare em 2023 (Gráfico 4).

A análise mostra um cenário positivo de avanço da produtividade agrícola nos três níveis territoriais, com destaque para Salinópolis, que teve a maior elevação proporcional no período. Esse crescimento pode estar associado a melhorias no uso de tecnologias, expansão de áreas produtivas ou aumento dos preços das commodities agrícolas. A queda observada na RI em 2023 pode refletir adversidades climáticas ou de mercado pontuais. Já o estado do Pará manteve uma trajetória de crescimento constante, sinalizando estabilidade e fortalecimento da produção agrícola em âmbito estadual (Gráfico 4).

Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Salinópolis x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 9,2 mil/ha, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 18 mil/ha. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.





ODS 3 BOA SAÚDE E BEM-ESTAR

A Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu a Saúde e o Bem-Estar como uma de suas principais metas a serem alcançadas até 2030. Para a ONU, saúde não se resume apenas à ausência de doenças, mas envolve o completo bem-estar físico, mental e social. Isso significa que promover a saúde exige a atuação conjunta de indivíduos, da sociedade e do poder público. Para isso, são necessárias ações em diversas frentes, com metas claras e específicas voltadas para esse objetivo.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 3**: Taxa de Mortalidade (por mil nascidos vivos) e Número de Médicos por 10 mil habitantes.

Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.

Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos)

Em Salinópolis, a taxa de mortalidade infantil apresentou uma variação significativa no período de 2019 a 2023. No início da série, o município registrava 8,8 mortes por mil nascidos vivos em 2019. Esse número subiu para 11,5 em 2020 e atingiu seu pico em 2021, com 19,1 por mil, o que representa mais que o dobro do valor de 2019. Após esse pico, a taxa começou a cair, reduzindo para 16,8 em 2022 e, finalmente, para 11,3 em 2023 valor ainda superior ao de 2019, mas expressivamente inferior ao ápice de 2021. Já na Região de Integração (RI) Rio Caeté, os valores oscilaram em patamares mais estáveis: de 12,8 em

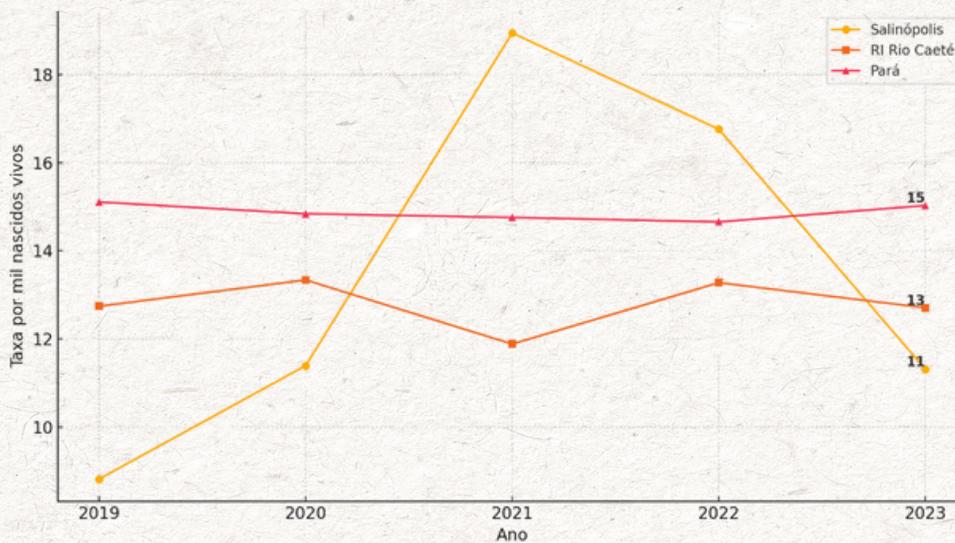
2019, subiram ligeiramente para 13,3 em 2020, caíram para 11,9 em 2021, voltaram a subir para 13,3 em 2022 e fecharam em 12,9 em 2023. O estado do Pará manteve-se praticamente estável, com taxas variando de 15,1 (2019) a 14,7 (2022), encerrando o período com 15,0 (Gráfico 5).

Essa dinâmica indica que Salinópolis enfrentou um agravamento pontual da mortalidade infantil em 2021, possivelmente relacionado a impactos diretos ou indiretos da pandemia, como sobrecarga do sistema de saúde ou acesso precário aos serviços de atenção básica. A queda nos dois anos seguintes mostra recuperação, mas o município ainda não retornou ao patamar inicial. A RI manteve-se relativamente estável, com oscilações suaves. Por outro lado, o estado do Pará demonstrou maior estabilidade no período, o que pode refletir políticas de saúde pública mais uniformes ou infraestrutura mais consolidada, especialmente em centros urbanos (Gráfico 5).





Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Salinópolis x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 11 Óbitos/Mil Nascido Vivos, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Óbitos/Mil Nascido Vivos. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Número de Médicos por 10 mil habitantes

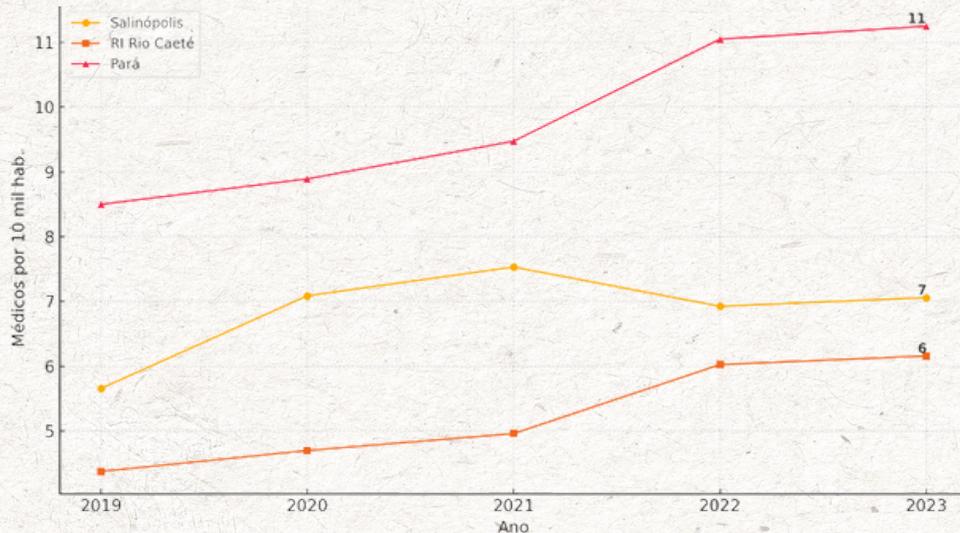
O número de médicos por 10 mil habitantes em Salinópolis cresceu entre 2019 e 2021, passando de 5,7 para 7,5. A partir de então, o indicador caiu para 6,9 em 2022 e teve leve recuperação para 7,0 em 2023, mantendo-se acima do valor inicial. Na RI Rio Caeté, o crescimento foi mais gradual e consistente: de 4,4 em 2019 para 6,1 em 2023, com aumentos constantes ao longo do período. No estado do Pará, a série apresentou um crescimento contínuo: partindo de 8,5 médicos por 10 mil habitantes em 2019 e alcançando 11,2 em 2023, o maior valor entre os três níveis analisados (Gráfico 6).

Esses dados revelam que, apesar de um aumento geral na presença de médicos, ainda há disparidades significativas entre os territórios. Salinópolis apresentou um aumento importante nos dois primeiros anos, mas não conseguiu sustentar esse crescimento após 2021. A RI Rio Caeté, embora com valores mais baixos, teve avanço contínuo e constante. Já o estado do Pará manteve-se em trajetória de crescimento sólido, o que pode ser reflexo de políticas estaduais de ampliação do acesso à saúde e maior atratividade de profissionais para centros urbanos. O comportamento do indicador



em Salinópolis, aliado às oscilações da taxa de mortalidade infantil, sugere que a simples presença de médicos não garante, por si só, a melhoria dos indicadores de saúde infantil sem uma estrutura de atendimento adequada e distribuída (Gráfico 6).

Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Salinópolis x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 7 Médicos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 10 Médicos/Mil Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.



ODS 4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

O Objetivo 4 busca assegurar uma educação de qualidade, inclusiva e acessível a todas as pessoas, reconhecendo-a como uma das ferramentas mais eficazes para promover o desenvolvimento sustentável. Através da educação, é possível combater a pobreza, reduzir desigualdades e transformar realidades.

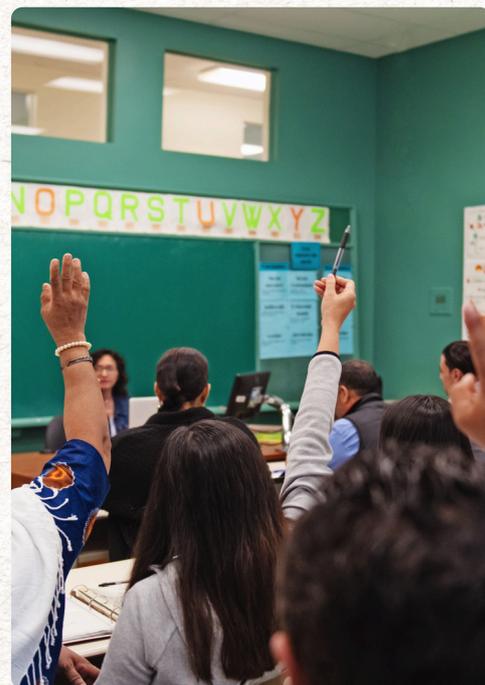
Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 4**: Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes e Percentual de Escolas com Acesso à Internet.

Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes

Entre 2019 e 2023, o município de Salinópolis apresentou uma tendência de queda constante no número de vagas no ensino público por mil habitantes. Em 2019, o valor era de 260 vagas por mil habitantes, caindo para 252 em 2020 e 249 em 2021. A redução acentuou-se nos anos seguintes, com o número diminuindo para 224 em 2022 e atingindo o menor patamar da série em 2023, com 198 vagas por mil habitantes. Já a Região de Integração (RI) Rio Caeté teve comportamento mais oscilante: partiu de 243 em 2019, caiu para 234 em 2020, subiu levemente até 243 em 2022 e, em 2023, também apresentou queda expressiva, fechando o ano com 216 vagas. O estado do Pará, por sua vez, iniciou com 211 vagas por mil habitantes em 2019,

registrou ligeira oscilação nos anos seguintes e encerrou 2023 com 198 vagas, mesmo valor registrado em Salinópolis (Gráfico 7).

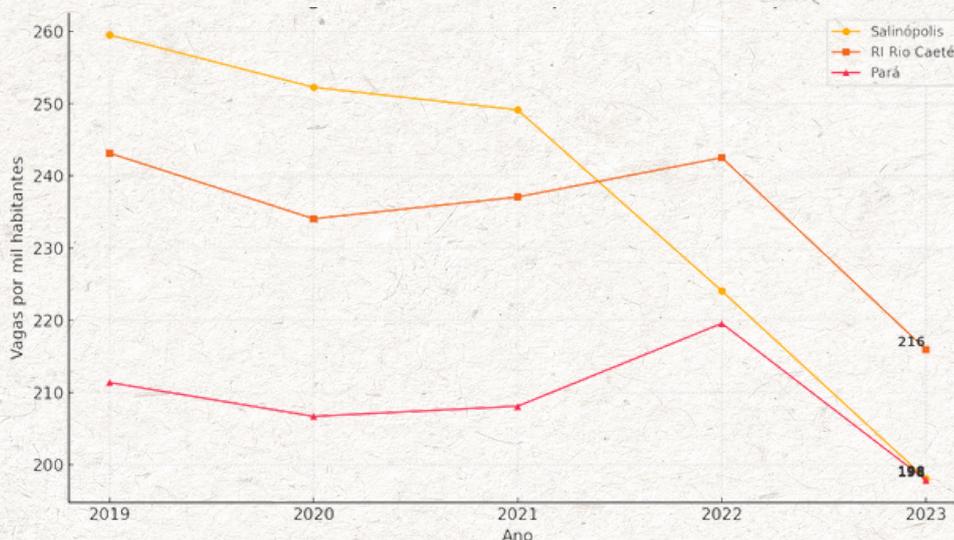
A análise aponta uma redução geral da oferta de vagas públicas em todos os níveis, com destaque para a queda acentuada em Salinópolis a partir de 2022. Esse comportamento pode estar relacionado a mudanças demográficas, reorganização da rede escolar ou diminuição de investimentos no setor. A RI Rio Caeté conseguiu manter a estabilidade até 2022, mas não escapou da tendência de retração em 2023. Já o estado do Pará demonstrou uma curva menos abrupta, mas também convergiu para o mesmo valor final do município. O alinhamento entre os três níveis no último ano sina-



liza um possível efeito estrutural ou política ampla que afetou a rede pública de ensino em escala estadual (Gráfico 7).



Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Salinópolis x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 198 Vagas/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 343 Vagas/Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

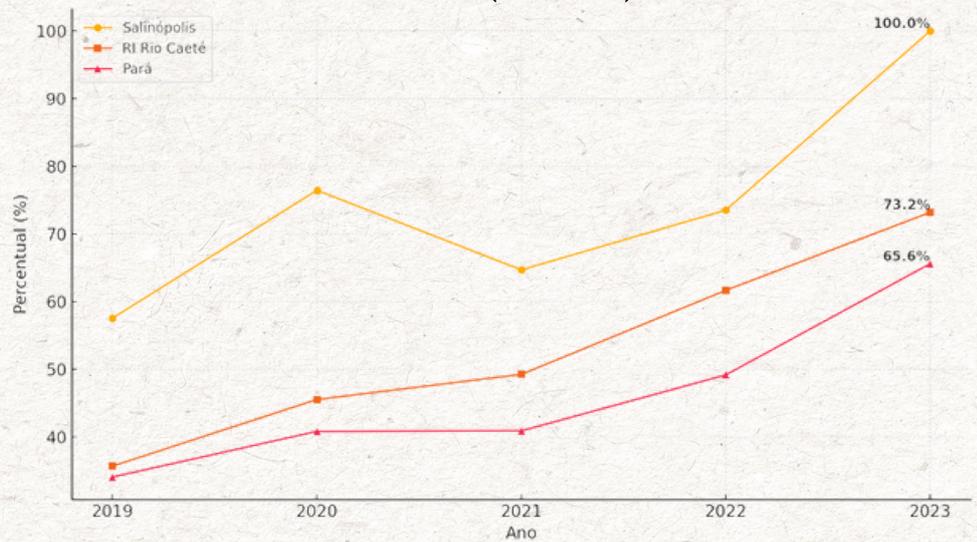
Percentual de Escolas com Acesso à Internet

O percentual de escolas com acesso à internet em Salinópolis apresentou um crescimento contínuo e significativo entre 2019 e 2023. Em 2019, apenas 57,9% das escolas tinham conexão, mas esse número aumentou para 75,7% em 2020. Após uma leve queda para 64,6% em 2021, o indicador voltou a crescer nos anos seguintes: 73,7% em 2022 e, finalmente, atingiu 100% em 2023, o que indica que todas as escolas do município passaram a ter acesso à internet. A RI Rio Caeté também mostrou avanço consistente: de 35,7% em 2019 para 73,2% em 2023, com crescimento contínuo ao longo do período. O estado do Pará, embora partindo de uma base menor (33,8% em 2019), também acompanhou essa tendência positiva, atingindo 65,6% em 2023 (Gráfico 8).

Esse crescimento é expressivo e reflete um esforço institucional para digitalizar a infraestrutura educacional, algo especialmente relevante no contexto pós-pandemia. O salto de Salinópolis, culminando em universalização do acesso à internet nas escolas, é um destaque importante e pode ter implicações diretas na qualidade do ensino, principalmente em estratégias de ensino híbrido. A RI e o estado também avançaram, mas ainda estão abaixo do patamar municipal, o que evidencia desigualdades no ritmo de implementação da conectividade escolar. O cenário de 2023 mostra progresso, mas também indica a necessidade de continuidade das políticas públicas para garantir o mesmo nível de acesso nas demais localidades (Gráfico 8).



Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Salinópolis x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 100%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 100%. Portanto, a meta foi alcançada.

ODS 5 IGUALDADE DE GÊNERO

Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.

O Objetivo 5 tem como meta promover a igualdade de gênero, garantindo que homens e mulheres tenham liberdade para fazer suas escolhas e desfrutar dos mesmos direitos, responsabilidades e oportunidades. Mais do que um direito humano fundamental, a igualdade de gênero é considerada um dos pilares essenciais para a construção de uma sociedade justa e livre condição indispensável para acelerar o desenvolvimento sustentável. O empoderamento de mulheres e meninas gera um efeito multiplicador, contribuindo diretamente para o crescimento econômico e o avanço social.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 5**: Violência Contra a Mulher por Parceiros e Percentual de Cargos Ocupados Por Mulheres.

Violência Contra a Mulher por Parceiros



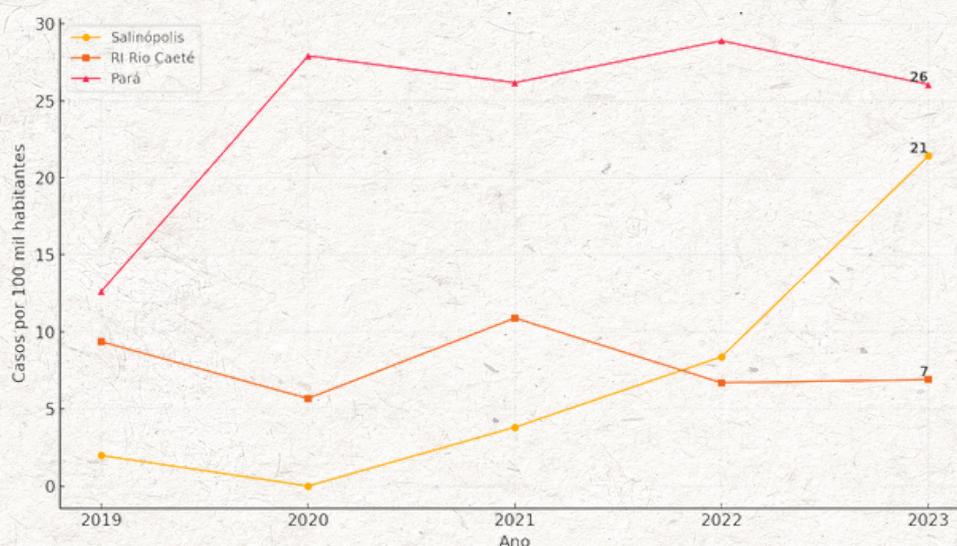
O município de Salinópolis apresentou uma escalada acentuada nos casos de violência contra a mulher por parceiros entre 2019 e 2023. Em 2019, o índice era de 2,1 casos por 100 mil habitantes, recuando para 0,1 em 2020, mas voltando a subir nos anos seguintes: 3,9 em 2021, 8,3 em 2022 e alcançando 21,0 em 2023 o maior valor da série e um aumento de dez vezes em relação a 2019. Já a RI Rio Caeté registrou 9,5 casos em 2019, com queda para 5,7 em 2020, leve alta em 2021 (10,9), e depois uma diminuição para 6,6 em 2022 e estabilização em 7,0 em 2023. O estado do Pará teve uma elevação abrupta em 2020, sal-



tando de 12,6 casos por 100 mil habitantes em 2019 para 28,0 em 2020, com pequenas oscilações posteriores: 26,3 em 2021, 28,9 em 2022 e recuo para 26,0 em 2023 (Gráfico 9).

Os dados indicam um agravamento considerável do cenário de violência doméstica em Salinópolis, especialmente a partir de 2021. Esse crescimento pode refletir tanto o aumento real da violência quanto a maior notificação dos casos, o que pode estar ligado a ações de sensibilização ou à ampliação da rede de atendimento. A RI Rio Caeté mostrou variações menos bruscas e manteve os níveis em relativa estabilidade, enquanto o estado apresentou os índices mais elevados durante todo o período, com média superior a 25 casos por 100 mil habitantes nos últimos quatro anos. A tendência crescente em Salinópolis exige atenção especial de políticas públicas voltadas à proteção das mulheres e ao combate à violência de gênero (Gráfico 9).

Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Salinópolis x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: DATA SUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 21 Pessoas/100 Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoas/100 Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres

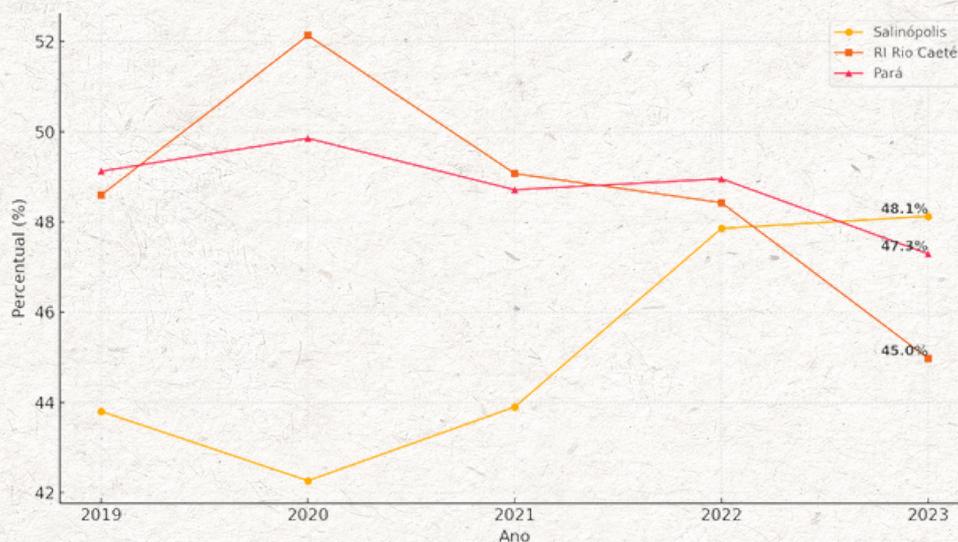
Em Salinópolis, o percentual de cargos gerenciais ocupados por mulheres oscilou levemente entre 2019 e 2023. Em 2019, o índice era de 43,8%, caindo para 42,2% em 2020. A partir de então, houve recuperação: 43,9% em 2021, 47,8% em 2022, e um leve aumento para 48,1% em 2023 o maior valor da série. Na RI Rio Caeté, o comportamento foi mais irregular: partiu de 48,6% em 2019, subiu para 52,2% em 2020, e depois passou por quedas sucessivas 49,1% em 2021, 48,5% em 2022 e 45,0% em 2023. O estado do Pará mostrou estabilidade, variando entre 49,1% (2019) e 47,3% (2023), com pequenas flutuações durante o período (Gráfico 10).





A evolução desses dados evidencia um avanço gradativo na presença feminina em posições de liderança em Salinópolis, superando inclusive a média estadual no último ano da série. Esse crescimento pode indicar mudanças positivas nas práticas de equidade de gênero no mercado de trabalho local. Por outro lado, a queda observada na RI Rio Caeté e a estabilidade no estado do Pará sugerem que os avanços ainda são frágeis ou concentrados em determinados municípios. A análise destaca a importância de iniciativas que incentivem a ocupação feminina em cargos gerenciais, promovendo igualdade de oportunidades em todo o território (Gráfico 10).

Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Salinópolis x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 48,1%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 50%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO

O Objetivo 6 tem como foco assegurar o acesso universal à água potável, reconhecendo que a água está no centro do desenvolvimento sustentável em suas dimensões ambiental, econômica e social. Os recursos hídricos e os serviços relacionados são fundamentais para erradicar a pobreza, impulsionar o crescimento econômico e garantir a sustentabilidade ambiental. Ter acesso à água e ao saneamento é essencial para a dignidade humana, impactando diretamente áreas como segurança alimentar, energia, saúde pública e preservação do meio ambiente.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 6**: Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto e Gasto Municipal com Saneamento per capita.

Garantir disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos.

Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto

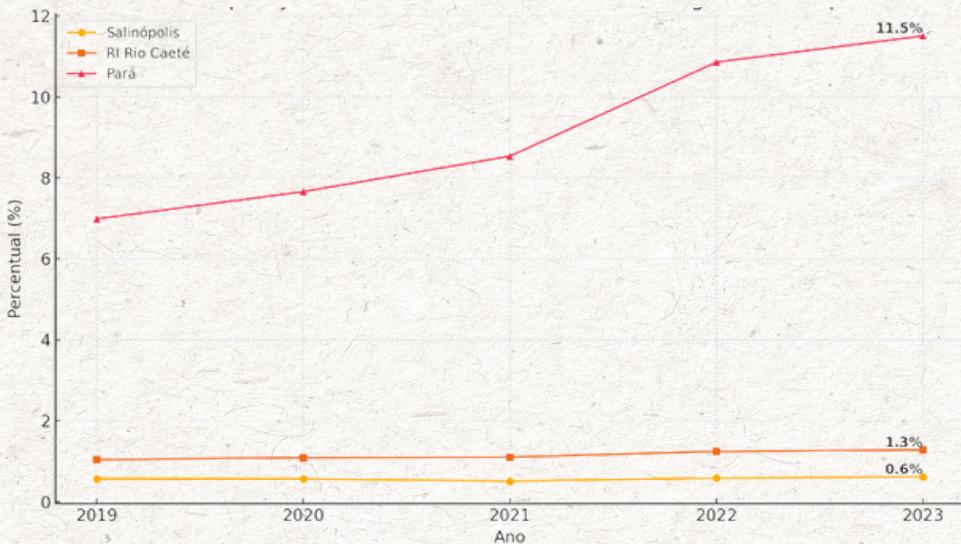
Entre 2019 e 2023, o percentual da população de baixa renda com acesso à coleta de esgoto em Salinópolis manteve-se em patamares extremamente baixos e praticamente estáveis, passando de 0,5% em 2019 para 0,6% em 2023. Essa estagnação indica uma ausência de avanços significativos na inclusão desse grupo vulnerável nos serviços de saneamento básico ao longo dos cinco anos. Na Região de Integração (RI) Rio Caeté, os valores também foram baixos, variando de 1,1% em 2019 para 1,3% em 2023, com discreto crescimento ao longo do período. Por outro lado, o estado do Pará apresentou uma trajetória mais consistente de expansão do acesso: iniciou com 7,0% em 2019, subiu para 7,6% em 2020, atingiu 8,5% em 2021, e saltou para 10,9% em 2022, encerrando com 11,5% em 2023 (Gráfico 11).

A comparação entre os territórios evidencia um quadro de desigualdade no acesso à coleta de esgoto entre a população de baixa renda. Enquanto o estado do Pará apresentou avanços expressivos no período, tanto Salinópolis quanto a RI Rio Caeté permaneceram com níveis muito baixos e praticamente inalterados. Essa situação aponta para uma carência de investimentos ou de políticas públicas eficazes voltadas ao saneamento básico em áreas mais localizadas. O baixo percentual de cobertura pode comprometer as condições sanitárias e de saúde dessas populações, reforçando a urgência de medidas específicas de ampliação do serviço nos municípios da RI e, especialmente, em Salinópolis (Gráfico 11).





Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Salinópolis x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0,6%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 100%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Gasto Municipal com Saneamento per capita

O gasto municipal per capita com saneamento básico em Salinópolis apresentou oscilações acentuadas entre 2019 e 2023. O município iniciou com um valor muito baixo, de apenas R\$ 2 por habitante em 2019, subiu para R\$ 10 em 2020, caiu para R\$ 4 em 2021 e atingiu o pico de R\$ 26 em 2022. No entanto, em 2023, houve uma queda brusca para R\$ 5 por habitante. Já a RI Rio Caeté teve um comportamento de declínio contínuo nos três primeiros anos: R\$ 22 em 2019, R\$ 14 em 2020 e R\$ 11 em 2021, seguida por uma leve alta em 2022 (R\$ 18) e nova queda para R\$ 14 em 2023. No estado do Pará, os valores foram consideravelmente mais elevados, iniciando em R\$ 79 em 2019, subindo para R\$ 113 em 2020, caindo para R\$ 96 em 2021 e alcançando o maior valor em 2022, com R\$ 155,

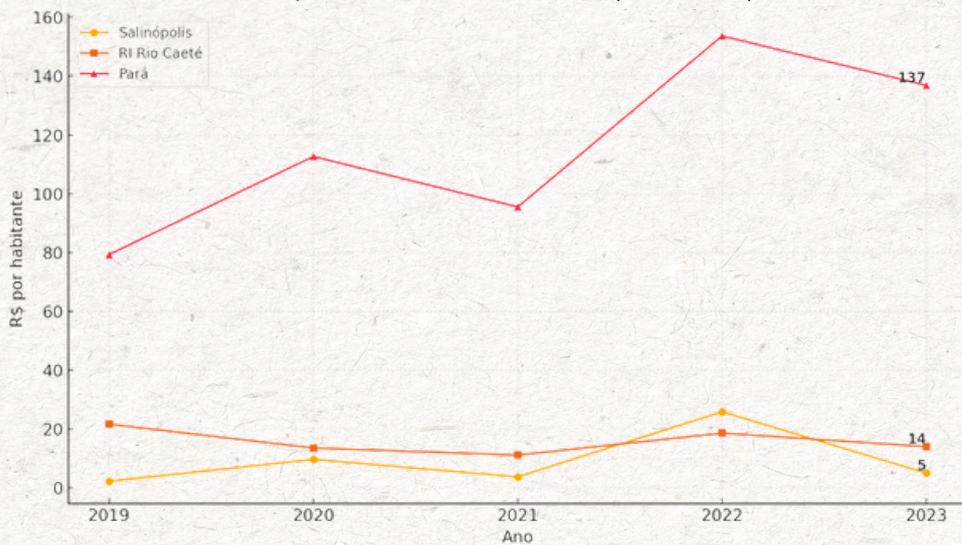
antes de cair para R\$ 137 em 2023 (Gráfico 12).

Esse panorama revela uma grande disparidade de investimento em saneamento básico entre os níveis territoriais. O estado do Pará manteve valores muito superiores aos da RI e, principalmente, do município de Salinópolis, que teve investimentos irregulares e majoritariamente baixos. A oscilação dos gastos em Salinópolis, especialmente a queda após o pico em 2022, pode indicar falta de planejamento continuado ou dependência de recursos pontuais. Considerando os baixos percentuais de coleta de esgoto na população de baixa renda, os baixos investimentos per capita ajudam a explicar a persistência do problema e indicam a necessidade urgente de maior alocação orçamentária e priorização do setor (Gráfico 12).





Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Salinópolis x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 5/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 60/Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

ODS 7 ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL

Garantir acesso à energia barata, confiável, sustentável e renovável para todos.

Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.)

O Objetivo 7 tem como meta garantir o acesso universal a uma energia acessível, confiável, sustentável e renovável. Presente em quase todos os aspectos da vida moderna, a energia desempenha um papel essencial no cotidiano de um mundo globalizado. Por isso, é fundamental promover fontes limpas e acessíveis que não causem danos ao meio ambiente, contribuindo para um futuro mais sustentável.



Em Salinópolis, o consumo de energia elétrica per capita apresentou tendência de crescimento no período de 2019 a 2023, com variações significativas ao longo dos anos. O município iniciou com 1.388 kWh/hab em 2019, subindo para 1.468 em 2020 e atingindo o pico em 2021, com 1.732 kWh/hab. Após uma leve queda em 2022 (1.639 kWh/hab), houve novo aumento, encerrando o período com 1.668 kWh/hab em 2023. A Região de Integração (RI) Rio Caeté registrou crescimento mais contínuo e moderado: de 823 kWh/hab em 2019, subiu ano a

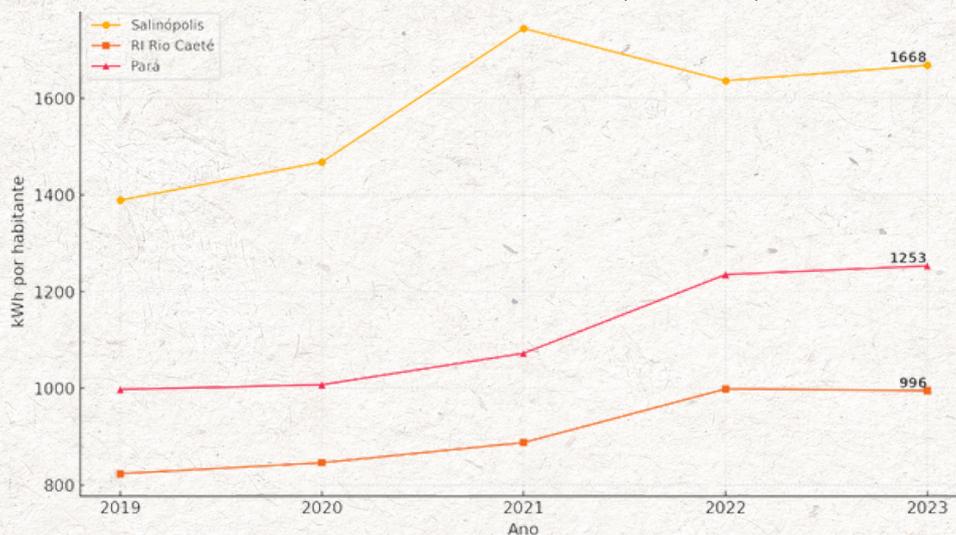
Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 7**: Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.) e Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.



ano até atingir 996 kWh/hab em 2022, mantendo esse mesmo patamar em 2023. O estado do Pará apresentou trajetória semelhante, partindo de 996 kWh/hab em 2019, crescendo para 1.086 em 2021 e chegando a 1.253 kWh/hab em 2023 (Gráfico 13).

Esse comportamento demonstra que Salinópolis manteve um consumo significativamente superior ao da média estadual e regional durante todo o período. Esse desempenho pode estar relacionado à maior urbanização, presença de atividades comerciais ou turísticas, ou melhor acesso à infraestrutura elétrica. A RI e o estado apresentaram crescimento mais gradual, possivelmente indicando um processo mais lento de eletrificação ou expansão da demanda. De forma geral, os dados apontam para avanços na universalização e uso de energia elétrica, acompanhando padrões de desenvolvimento urbano e econômico (Gráfico 13).

Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), Salinópolis x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: EQUATORIAL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 1668 kWh/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 3.000 kWh/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil

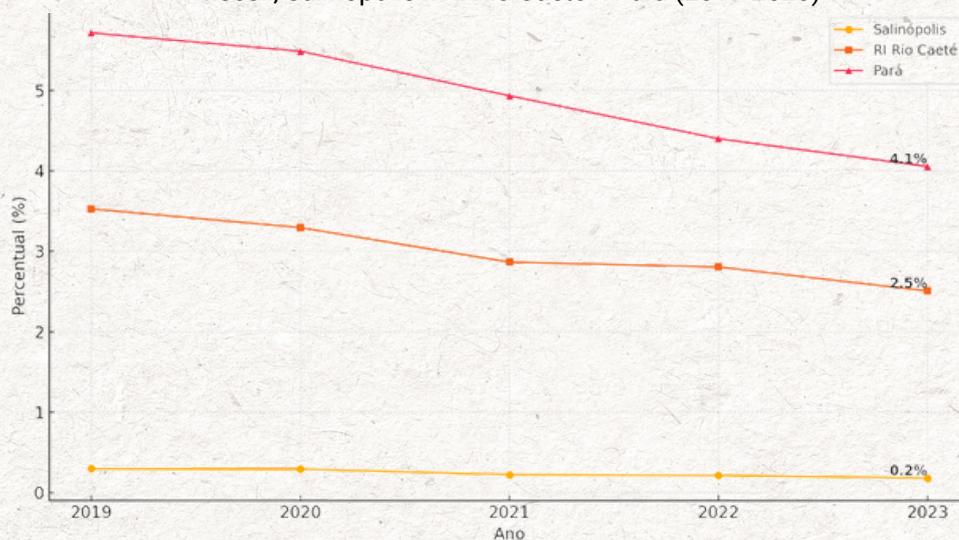
O percentual de domicílios de baixa renda com iluminação por fontes fósseis (como lamparinas ou querosene) em Salinópolis manteve-se em níveis extremamente baixos durante todo o período analisado. Em 2019 e 2020, o índice era de 0,3%, caindo para 0,2% a partir de 2021 e permanecendo estável até 2023. A RI Rio Caeté apresentou uma redução mais expressiva: iniciou com 3,5% em 2019, passou para 3,3% em 2020, caiu para 2,9% em 2021 e encerrou 2023 com 2,5%. Já o estado do Pará começou em 5,7% em 2019 e teve redução constante, atingindo 4,1% em 2023 (Gráfico 14).



Esses dados evidenciam que Salinópolis praticamente universalizou o acesso à iluminação elétrica, mesmo entre os domicílios de baixa renda, o que reflete um avanço importante nas condições básicas de infraestrutura. A queda contínua nos percentuais da RI e do estado demonstra que há avanços em curso, embora ainda haja parcelas da população com acesso limitado a fontes modernas de energia. A persistência de índices relativamente altos no estado indica que a transição energética não está ocorrendo de forma uniforme, sendo necessário intensificar ações em áreas mais remotas ou vulneráveis para reduzir as desigualdades no acesso à energia elétrica limpa e segura (Gráfico 14).

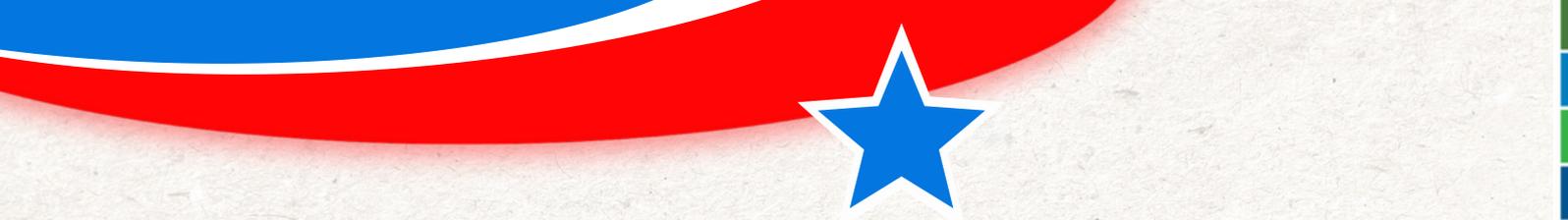


Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Salinópolis x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0,2%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

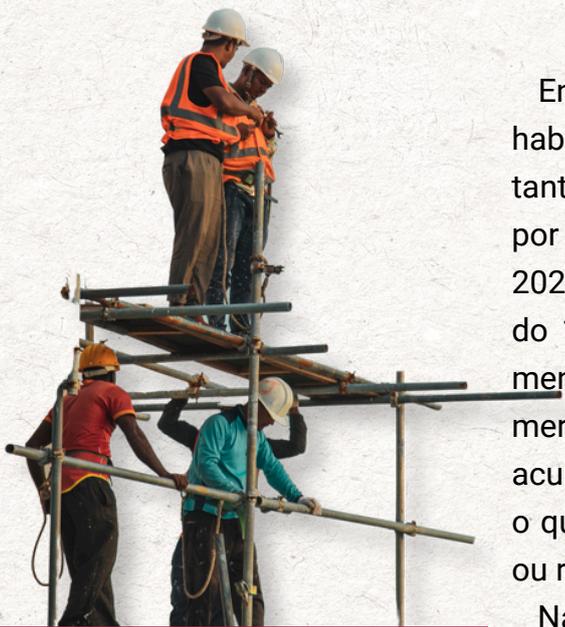


ODS 8 EMPREGO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO

O ODS 8 da ONU tem como objetivo principal promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, além de garantir emprego pleno, produtivo e trabalho decente para todas as pessoas. No centro do conceito de trabalho decente está a igualdade de oportunidades e de tratamento entre homens e mulheres, assim como o combate a todas as formas de discriminação. Ao acessar oportunidades de trabalho digno, as populações mais vulneráveis podem romper o ciclo da desigualdade, contribuindo para a estabilidade, a sustentabilidade dos países e o crescimento econômico da sociedade como um todo.

Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 8**: Empregos Formais por Mil Habitantes e PIB per capita.



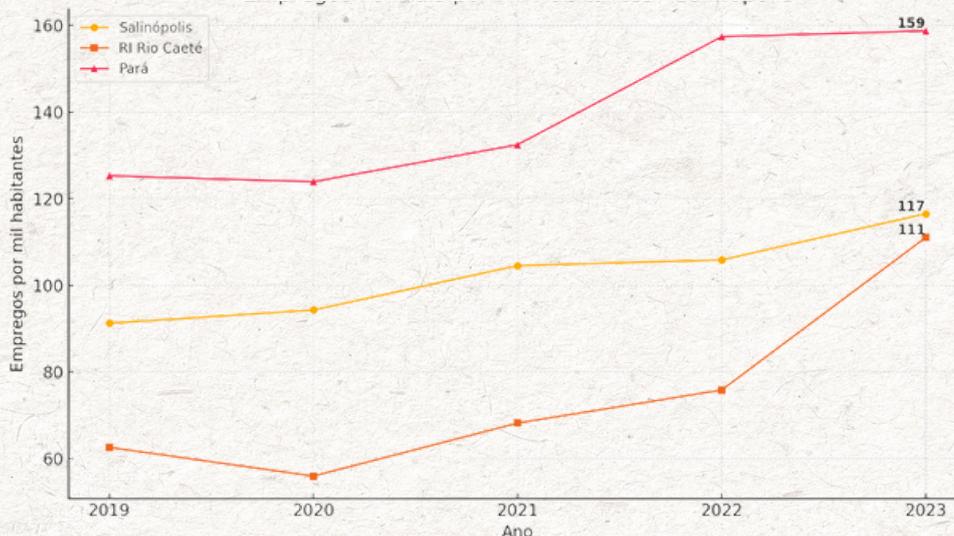
Entre 2019 e 2023, o número de empregos formais por mil habitantes em Salinópolis apresentou crescimento constante. Em 2019, o município registrava 91 empregos formais por mil habitantes, aumentando para 94 em 2020, 105 em 2021 e 106 em 2022. Em 2023, houve novo avanço, atingindo 117 empregos formais por mil habitantes. Esse crescimento demonstra uma tendência de fortalecimento do mercado formal de trabalho no município, com incremento acumulado de 26 pontos percentuais no período analisado, o que pode refletir políticas locais de incentivo ao emprego ou recuperação econômica pós-pandemia (Gráfico 15).

Empregos Formais por Mil Habitantes

Na Região de Integração (RI) Rio Caeté, o indicador teve comportamento mais volátil. Em 2019, havia 63 empregos formais por mil habitantes, com queda para 56 em 2020, seguido de recuperação nos anos seguintes: 68 em 2021, 75 em 2022 e uma elevação expressiva em 2023, chegando a 111. Já o estado do Pará iniciou com 126 empregos formais por mil habitantes em 2019, manteve-se estável em 2020 (125), subiu para 132 em 2021, teve um salto em 2022 (158) e atingiu 159 em 2023. Com isso, o Pará permanece com os maiores índices no comparativo entre os três níveis territoriais, embora a distância entre Salinópolis e o estado tenha diminuído. A melhora geral dos números aponta para uma retomada do emprego formal, com destaque para a aceleração recente nas regiões municipais e intermediárias (Gráfico 15).



Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, Salinópolis x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 117 Empregos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 200 Empregos/Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

PIB per capita

Entre 2018 e 2022, o PIB per capita de Salinópolis apresentou crescimento constante até 2021, seguido de leve retração. Em 2018, o valor era de R\$ 11.635, subindo para R\$ 13.088 em 2019, R\$ 13.954 em 2020 e atingindo seu pico em 2021 com R\$ 15.512. Em 2022, houve uma pequena queda para R\$ 15.346. Na Região de Integração (RI) Rio Caeté, o crescimento também foi contínuo, partindo de R\$ 9.202 em 2018 e alcançando R\$ 13.321 em 2022, com destaque para os últimos dois anos. Já o estado do Pará apresentou o ma-



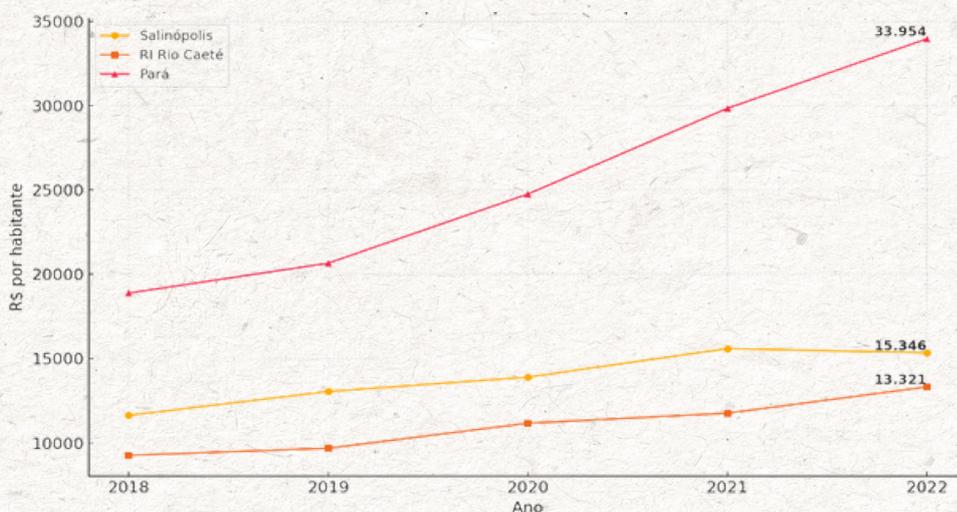
ior crescimento proporcional e absoluto no período: de R\$ 18.978 em 2018 para expressivos R\$ 33.954 em 2022, com aceleração especialmente a partir de 2020 (Gráfico 16).

Os dados evidenciam que, apesar do crescimento registrado em Salinópolis, o município perdeu ritmo em 2022, ao contrário da RI e do estado, que continuaram a trajetória de expansão. O desempenho do Pará pode estar relacionado ao bom desempenho das commodities e da indústria extrativa, que compõem uma parte signifi-



Gráfico16 - PIB per capita, Salinópolis x RI Rio Caeté x Pará (2018-2022)

ficativa da economia estadual. O crescimento mais modesto em Salinópolis e na RI Rio Caeté indica limitações estruturais no dinamismo econômico local, ainda que o avanço até 2021 tenha sido consistente. A diferença crescente entre os valores de PIB per capita do estado e das demais esferas revela uma ampliação das desigualdades territoriais de renda (Gráfico 16).



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 15.346/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 32.789/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA

Com o objetivo de impulsionar o progresso de forma sustentável em escala global, o Objetivo 9 propõe a construção de infraestruturas resilientes, a promoção de uma industrialização inclusiva e sustentável, e o incentivo à inovação. Investimentos em infraestrutura e inovação são fundamentais para o crescimento econômico e o desenvolvimento dos países. Diante de um cenário em que mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas, torna-se cada vez mais necessário investir em transporte público eficiente, energias renováveis, novas tecnologias e indústrias. O avanço tecnológico é essencial para enfrentar os desafios econômicos e ambientais, além de gerar empregos e aumentar a eficiência energética. Apostar em indústrias sustentáveis e em pesquisa científica e inovação é um passo decisivo para conciliar desenvolvimento econômico, inclusão social e preservação ambiente.

Construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável, e fomentar a inovação.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 9**: Valor Adicionado da Indústria (% do PIB) e Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.



Valor Adicionado da Indústria (% do PIB)



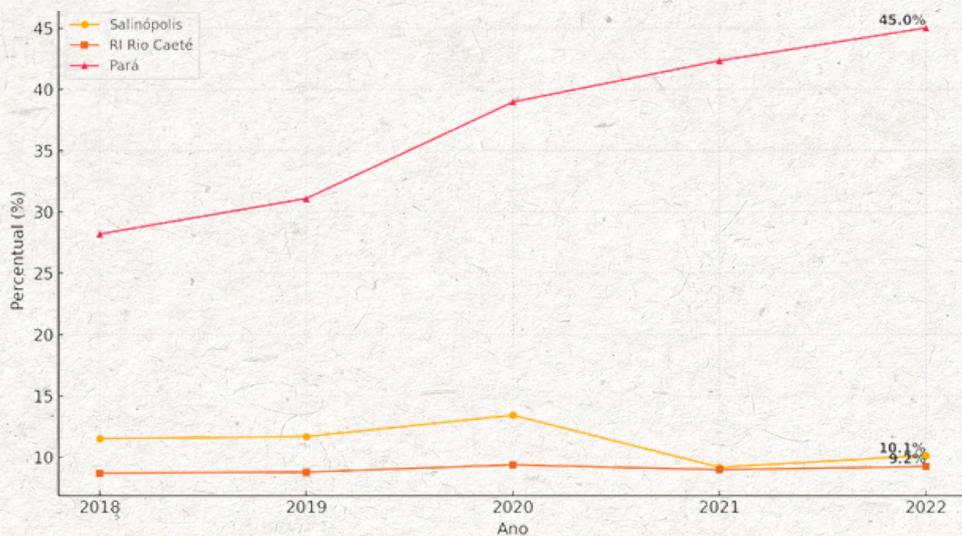
O percentual do Valor Adicionado da Indústria no PIB de Salinópolis oscilou entre 2018 e 2022. O município começou com 11,5% em 2018, manteve-se estável em 2019 (11,6%), cresceu para 13,5% em 2020 e apresentou queda para 9,2% em 2021. Em 2022, houve leve recuperação para 10,1%. A RI Rio Caeté, por sua vez, apresentou estabilidade com leve variação positiva: 8,6% em 2018 e 2019, 9,1% em 2020, pequena queda em 2021 (8,9%) e alta para 9,2% em 2022. O estado do Pará se destacou com forte e contínuo crescimento: iniciou com 28,3% em 2018, subindo para 31,1% em 2019, 38,9% em 2020, 42,6% em 2021 e atingindo 45,0% em 2022 evidenciando o peso cada vez maior da atividade industrial na economia estadual (Gráfico 17).

Essa análise mostra que a indústria representa uma fração limitada da economia de Salinópolis e da RI Rio Caeté, com oscilações que sugerem vulnerabilidade e dependência de setores pouco consolidados. Em contraste, o expressivo crescimento do Pará reflete o fortalecimento da indústria extrativa e de transformação, especialmente voltada à exportação. A queda no percentual industrial de Salinópolis em 2021, ainda não totalmente revertida em 2022, pode indicar impacto de crises pontuais ou desaquecimento do setor local. O cenário sugere a necessidade de políticas de fomento industrial nos níveis municipal e regional, como forma de dinamizar a economia e reduzir a dependência de serviços e atividades informais (Gráfico 17).





Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Salinópolis x RI Rio Caeté x Pará (2018-2022)



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 10,1%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 15%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes

Entre 2019 e 2023, o número de profissionais da ciência por 100 mil habitantes em Salinópolis manteve-se relativamente estável, com pequenas oscilações. O município iniciou o período com 9,6 profissionais por 100 mil habitantes em 2019, subiu para 10,6 em 2020 e, em seguida, apresentou leve queda para 9,8 em 2021. Nos dois últimos anos da série, houve recuo para 9,0 em 2022, valor que se manteve em 2023. Esse comportamento



sugere um cenário de estabilidade, sem avanços relevantes na atração ou formação de novos profissionais da ciência no município (Gráfico 18).

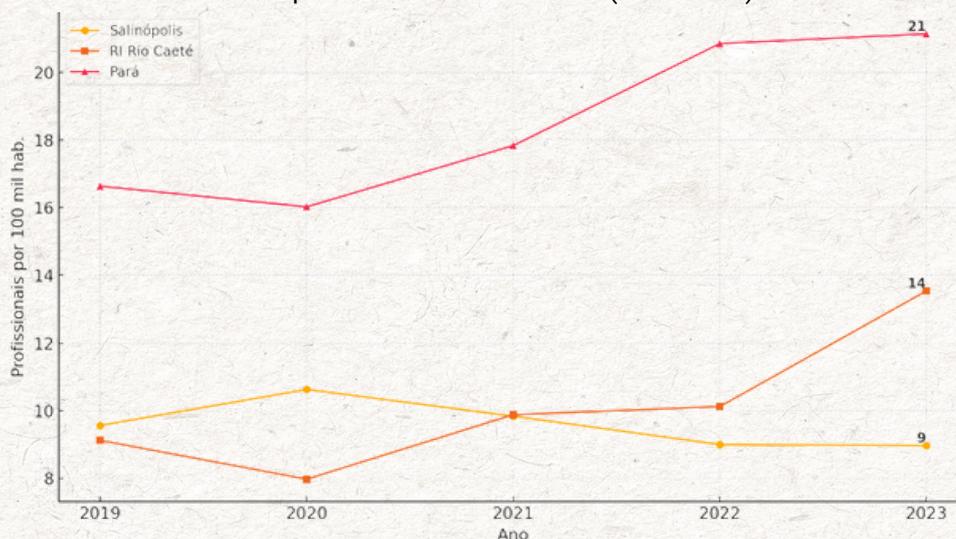
Na Região de Integração (RI) Rio Caeté, o indicador variou mais significativamente. Em 2019, a RI registrava 9,1 profissionais por 100 mil habitantes, com queda para 8,0 em 2020, seguida de recuperação para 9,8 em 2021, 10,2 em 2022 e crescimento mais expressivo

em 2023, alcançando 13,8. Já o estado do Pará apresentou uma tendência clara de crescimento, partindo de 16,7 em 2019, caindo levemente para 16,1 em 2020, mas avançando nos anos seguintes: 17,9 em 2021, 20,9 em 2022 e 21,0 em 2023. Esse desempenho estadual aponta para uma política de fortalecimento da ciência e tecnologia em âmbito mais amplo, enquanto as dinâmicas locais ainda parecem limitadas por fatores estruturais e de concentração de profissionais em polos urbanos maiores (Gráfico 18).





Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Salinópolis x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 9 Pessoas/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 21 Pessoas/100 mil hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

ODS 10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

O Objetivo 10 tem como foco reduzir as desigualdades sociais, tanto dentro dos países quanto entre eles. Diminuir a diferença entre os mais ricos e os mais pobres é essencial para a construção de um mundo mais justo e igualitário, onde todas as pessoas tenham acesso às mesmas oportunidades e condições de desenvolvimento.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 10**: Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).

Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles



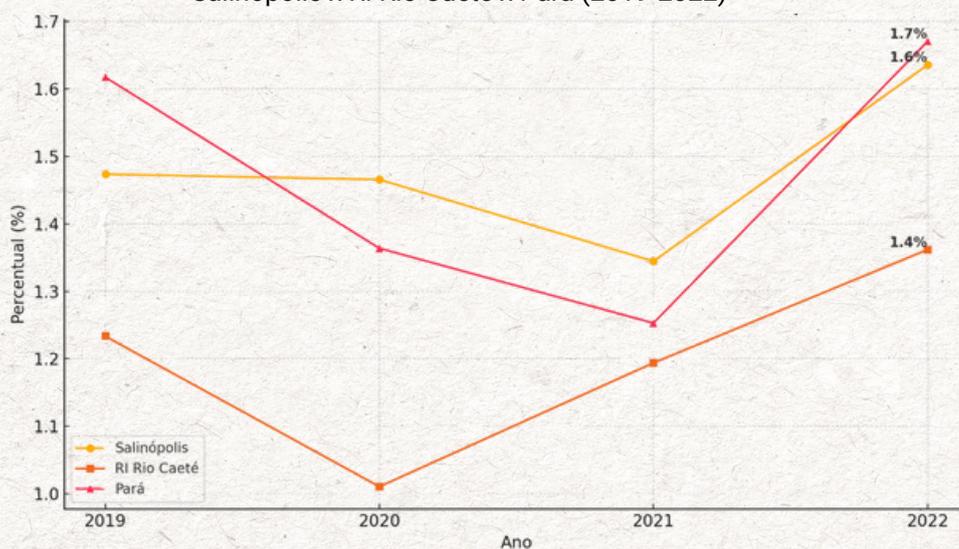


Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB)

Entre 2019 e 2022, o indicador “Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB)” em Salinópolis apresentou uma trajetória relativamente estável, com leve oscilação seguida de crescimento. Em 2019, a massa salarial correspondia a 1,48% do PIB municipal, com uma leve queda para 1,47% em 2020 e para 1,34% em 2021. No entanto, em 2022 houve uma recuperação expressiva, atingindo 1,66% do PIB o maior valor da série no município. Esse comportamento indica que, apesar das oscilações nos anos anteriores, a participação dos salários formais na economia local aumentou, o que pode refletir uma recuperação do emprego formal e da remuneração média no período pós-pandemia (Gráfico 19).

Na Região de Integração (RI) Rio Caeté, o indicador apresentou queda inicial de 1,24% em 2019 para 1,01% em 2020, seguido de crescimento nos dois anos seguintes: 1,20% em 2021 e 1,40% em 2022. Já o estado do Pará iniciou com a maior participação salarial entre os três recortes, com 1,62% em 2019, mas enfrentou queda em 2020 (1,36%) e 2021 (1,25%). Em 2022, houve forte recuperação para 1,70%, superando os demais. O comportamento das três esferas revela uma tendência geral de declínio entre 2019 e 2021, provavelmente associada à pandemia, seguida de recuperação em 2022. O avanço mais significativo em Salinópolis e no estado indica melhora na qualidade dos vínculos empregatícios ou expansão do setor formal (Gráfico 19).

Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB), Salinópolis x RI Rio Caeté x Pará (2019-2022)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 1,66%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 5%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS

O Objetivo 11 tem como meta tornar as cidades e comunidades mais sustentáveis. Até 2030, a proposta é transformar os centros urbanos e os assentamentos humanos em espaços mais inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. Atualmente, mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas são cerca de 4,4 bilhões de pessoas, o que representa 56,2% da população global, segundo a ONU. A previsão é que, até 2050, esse número chegue a 6,5 bilhões, ou dois terços da humanidade. Diante desse cenário, é fundamental voltar a atenção para essas regiões, que muitas vezes também concentram altos índices de pobreza extrema.

Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 11**: Acesso à Telefonia Móvel e Despesa Pública por capita com Cultura e Gestão Ambiental.

Acesso à Telefonia Móvel

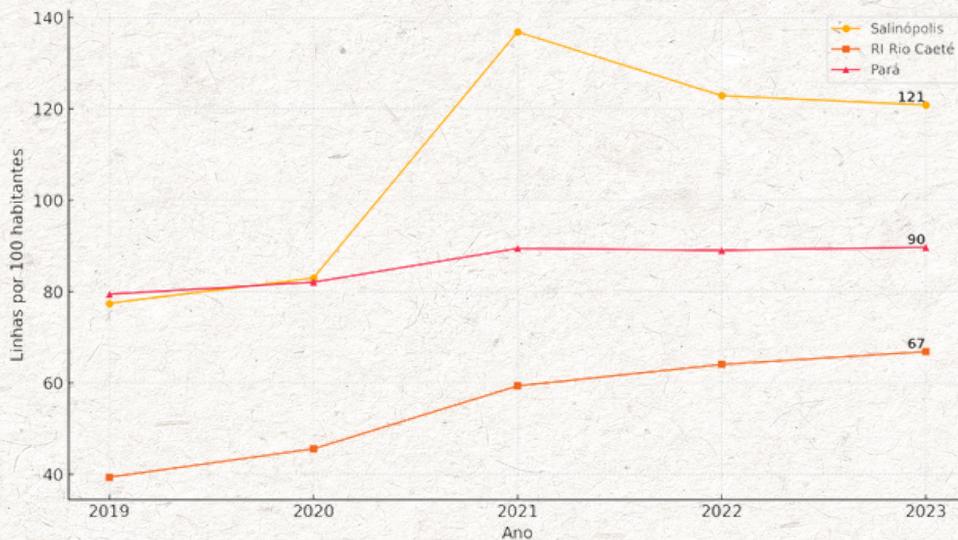
O acesso à telefonia móvel em Salinópolis apresentou um crescimento significativo até 2021, seguido de uma leve redução nos anos seguintes. Em 2019, o município contava com 77,4 linhas móveis por 100 habitantes, valor que subiu para 82,6 em 2020 e alcançou um pico em 2021, com 137,3 linhas. A partir de então, o número caiu para 122,7 em 2022 e encerrou 2023 com 121,1 linhas por 100 habitantes. Apesar da retração recente, o nível de acesso em Salinópolis permanece superior aos da Região de Integração (RI) Rio Caeté e do estado. A RI apresentou crescimento contínuo, partindo de 39,1 em 2019 e chegando a 67,2 em 2023. O estado do Pará também teve crescimento, passando de 78,7 para 90,2 no mesmo período (Gráfico 20).

Esse comportamento sugere que Salinópolis passou por uma rápida expansão do acesso à telefonia móvel, possivelmente impulsionada por investimentos em infraestrutura ou aumento da demanda durante o período da pandemia. A queda observada após 2021 pode estar relacionada à saturação do mercado ou à substituição de múltiplas linhas por dispositivos conectados à internet. Em contrapartida, tanto a RI quanto o estado apresentaram crescimento mais linear, indicando um processo mais gradual de inclusão digital. Ainda assim, a distância entre os níveis territoriais se mantém, com Salinópolis demonstrando desempenho mais avançado em termos de conectividade móvel (Gráfico 20).





Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, Salinópolis x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: ANATEL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 121 Linhas/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 108 Linhas/100 hab. Portanto, a meta foi alcançada.

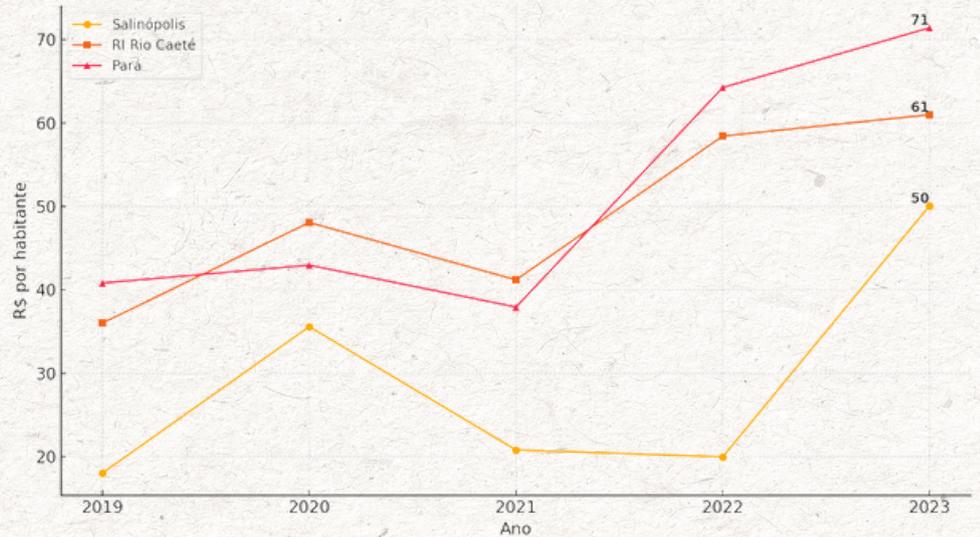
Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental

Em Salinópolis, a despesa pública per capita com cultura e gestão ambiental oscilou bastante entre 2019 e 2023. O município iniciou com um gasto de R\$ 17,7 por habitante em 2019, que subiu expressivamente para R\$ 35,5 em 2020. Contudo, houve queda nos dois anos seguintes, com R\$ 20,9 em 2021 e R\$ 20,1 em 2022. Em 2023, observou-se nova elevação, atingindo R\$ 50,3, o maior valor da série. A RI Rio Caeté teve comportamento mais estável, crescendo de R\$ 36,3 em 2019 para R\$ 61,1 em 2023, com pico intermediário em 2020 (R\$ 48,4). Já o estado do Pará também mostrou aumento expressivo: de R\$ 40,8 em 2019 para R\$ 71,1 em 2023, com forte aceleração entre 2021 (R\$ 37,8) e 2022 (R\$ 64,1) (Gráfico 21).

Esses dados demonstram que, embora o investimento em cultura e meio ambiente tenha crescido nos três níveis, o comportamento em Salinópolis foi mais errático, com oscilações que podem refletir mudanças na prioridade orçamentária ou na execução dos recursos. O aumento expressivo em 2023 representa um avanço importante, mas ainda mantém o município abaixo dos patamares da RI e do estado. A RI e o Pará, por sua vez, apresentam trajetória de crescimento consistente, sinalizando políticas mais estruturadas ou contínuas nesses setores. O cenário reforça a importância de estabilidade nos investimentos culturais e ambientais, que são estratégicos para a qualidade de vida e o desenvolvimento sustentável (Gráfico 21).



Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Salinópolis x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 50/hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 93/hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 12 CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS

O Objetivo 12 propõe a transformação dos atuais padrões de consumo e produção, reconhecendo essa mudança como essencial para o uso eficiente dos recursos naturais. Um dos focos centrais é melhorar a forma como lidamos com resíduos tóxicos e poluentes, garantindo um descarte adequado e menos prejudicial ao meio ambiente. Para atingir essa meta até 2030, é fundamental incentivar indústrias, empresas e consumidores a adotar práticas mais sustentáveis, como a reciclagem e a redução do desperdício.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 12**: Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo e População de Baixa Renda com fossa rudimentar.

Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.





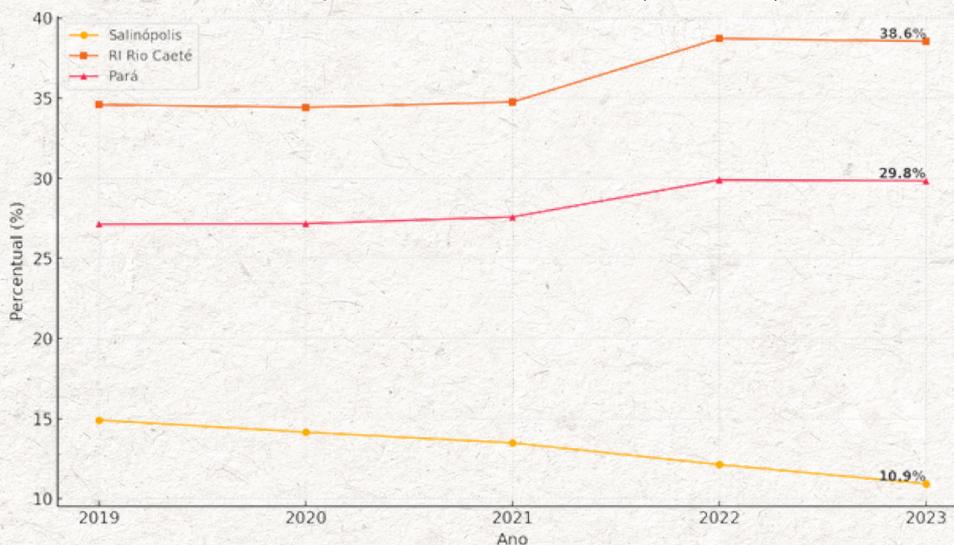
Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo

Entre 2019 e 2023, o percentual de pessoas de baixa renda que queimam ou enterram lixo em Salinópolis apresentou queda contínua. Em 2019, o valor era de 15,0%, diminuindo progressivamente para 14,3% em 2020, 13,5% em 2021, 12,3% em 2022 e atingindo 10,9% em 2023. Essa trajetória de redução indica avanços no acesso a serviços adequados de coleta de resíduos sólidos para a população mais vulnerável no município, o que pode estar associado à expansão ou melhoria da cobertura da coleta municipal ou a ações de educação ambiental (Gráfico 22).

Na Região de Integração (RI) Rio Caeté, o

comportamento foi o oposto: partindo de 34,6% em 2019, o percentual manteve-se estável até 2021, oscilando levemente, e teve uma elevação acentuada em 2022, chegando a 38,6%, valor que se manteve em 2023. No estado do Pará, também houve crescimento: de 27,1% em 2019 para 29,8% em 2023. Esses dados revelam uma disparidade no tratamento do lixo entre os níveis territoriais, com Salinópolis destacando-se positivamente por sua redução constante, enquanto a RI e o estado registram piora na situação, o que reforça a necessidade de ações direcionadas a essas áreas com menor cobertura e maior vulnerabilidade ambiental (Gráfico 22).

Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Salinópolis x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 10,9%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

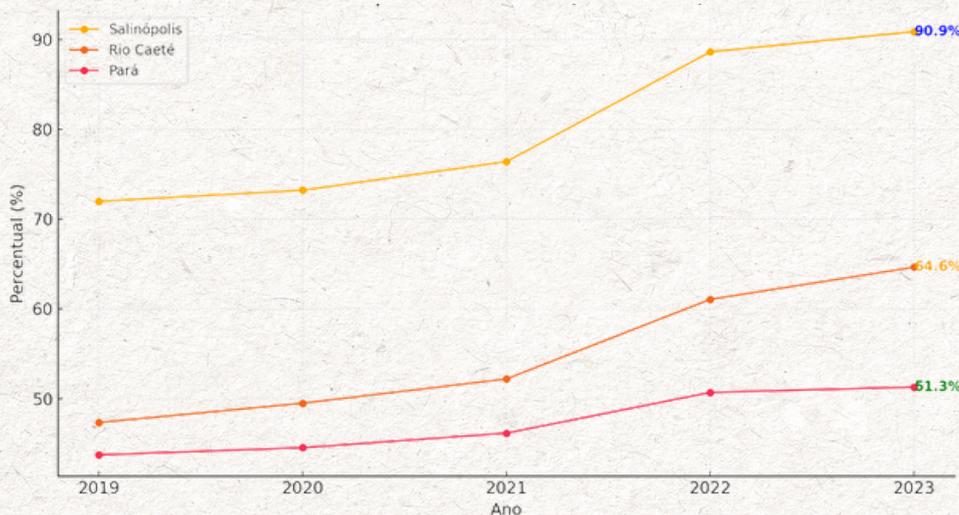


População de Baixa Renda com fossa rudimentar

No município de Salinópolis, o percentual da população de baixa renda com fossa rudimentar apresentou forte crescimento entre 2019 e 2023. O indicador partiu de 71,9% em 2019, passando para 73,2% em 2020, 76,3% em 2021, e subindo consideravelmente para 88,5% em 2022 e 90,9% em 2023. Esse aumento contínuo sugere que, apesar da possível ampliação de moradias, a população vulnerável permanece sem acesso a soluções adequadas de esgotamento sanitário, recorrendo de forma crescente a estruturas precárias como fossas rudimentares, que podem comprometer a saúde pública e o meio ambiente (Gráfico 23).

A RI Rio Caeté também apresentou crescimento expressivo no período: de 47,7% em 2019 para 64,6% em 2023. O estado do Pará, embora com percentuais menores, seguiu a mesma tendência, com alta de 43,4% em 2019 para 51,3% em 2023. A evolução do indicador nos três recortes territoriais aponta para uma situação crítica no saneamento básico voltado à população de baixa renda, especialmente em Salinópolis, que registra os maiores percentuais. Os dados indicam a urgência de políticas públicas voltadas à universalização do esgotamento sanitário e substituição de soluções rudimentares por sistemas apropriados e sustentáveis (Gráfico 23).

Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Salinópolis x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 90,9%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 13 AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA

O Objetivo 13 destaca a urgência de adotar medidas concretas para combater as mudanças climáticas e seus impactos em escala global. Independentemente de seu peso político, econômico ou geográfico, todos os países enfrentam as consequências das alterações no clima. Entre as principais causas estão a queima de combustíveis fósseis em veículos, indústrias e usinas termelétricas, as queimadas, o desmatamento e a poluição gerada pela agropecuária intensiva, especialmente pela criação de animais ruminantes. Essas atividades estão diretamente ligadas à emissão de gases de efeito estufa, responsáveis pelas chamadas mudanças climáticas antropogênicas, aquelas causadas pela ação humana, que se intensificaram a partir da Revolução Industrial, no final do século XVIII.

Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos (reconhecendo que a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) é o fórum internacional intergovernamental primário para negociar a resposta global à mudança do clima.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 13**: Gastos per capita com prevenção de desastres.

Gastos per capita com prevenção de desastres

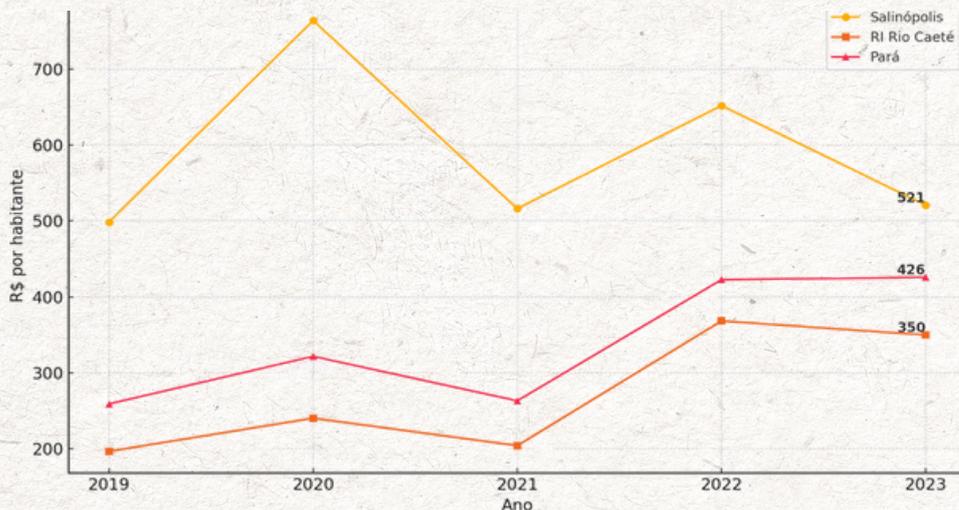
Em Salinópolis, os gastos per capita com prevenção de desastres apresentaram grande variação ao longo do período de 2019 a 2023. O município iniciou com R\$ 500 por habitante em 2019, atingiu um pico de R\$ 759 em 2020, e em seguida sofreu queda para R\$ 514 em 2021. Em 2022, houve nova elevação para R\$ 653, seguida de novo recuo em 2023, quando o gasto ficou em R\$ 521 por habitante. Apesar das oscilações, o município manteve-se acima dos níveis regionais e estaduais em todos os anos, o que indica uma prioridade relativamente alta na agenda local para ações preventivas ligadas a desastres naturais (Gráfico 24).





Na Região de Integração (RI) Rio Caeté, o crescimento foi mais moderado: partindo de R\$ 196 em 2019, subindo para R\$ 240 em 2020, com leve recuo em 2021 (R\$ 208), e avanço para R\$ 367 em 2022, encerrando com R\$ 350 em 2023. Já o estado do Pará teve trajetória semelhante: de R\$ 261 em 2019, saltou para R\$ 324 em 2020, caiu para R\$ 262 em 2021 e depois aumentou para R\$ 426 em 2022 e se manteve estável em 2023. A análise revela que, embora haja um esforço crescente nas três esferas para alocar recursos em prevenção de desastres, Salinópolis se destaca por um volume de investimento significativamente maior, o que pode refletir maior vulnerabilidade local ou estratégias de antecipação a riscos específicos (Gráfico 24).

Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres, Salinópolis x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 521/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 554/hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Fonte: CADUNICO.



ODS 14 VIDA NA ÁGUA

O Objetivo 14 está diretamente ligado à questão climática, pois os oceanos desempenham um papel fundamental no equilíbrio do clima global. Segundo a Plataforma 2030, aproximadamente 40% dos oceanos do planeta já sofrem impactos significativos causados por atividades humanas, como a poluição e a pesca predatória. Esses danos, muitas vezes impulsionados pela exploração desenfreada dos recursos marinhos, resultam principalmente na destruição de habitats e na introdução de espécies invasoras em ecossistemas frágeis, comprometendo a biodiversidade e o equilíbrio ambiental.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 14**: Despesa per capita com preservação aquática.

Despesa per capita com preservação aquática

A despesa per capita com preservação aquática em Salinópolis apresentou crescimento acentuado no período analisado, especialmente em 2023. Em 2019, o valor era praticamente nulo (R\$ 0,21), subindo para R\$ 5,2 em 2020, R\$ 31,0 em 2021 e mantendo-se estável em 2022 (R\$ 29,6). Em 2023, o município registrou um salto expressivo, alcançando R\$ 160,3 por habitante um aumento de mais de cinco vezes em relação ao ano anterior. Essa mudança aponta para uma reorientação significativa das prioridades orçamentárias locais em favor da proteção dos recursos hídricos, que pode estar ligada a pressões ambientais, políticas públicas mais assertivas ou à captação de recursos externos (Gráfico 25).

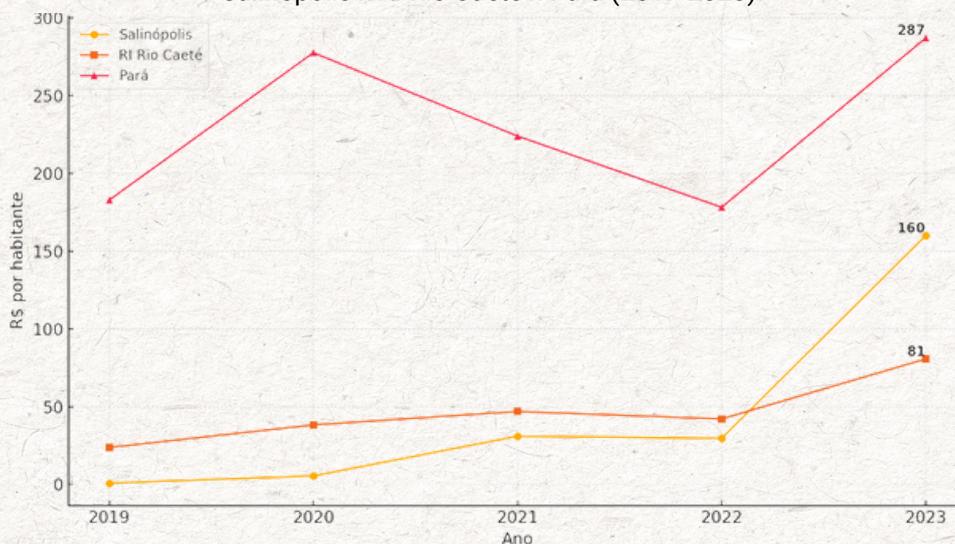
Na RI Rio Caeté, a evolução também foi positiva, mas mais estável: de R\$ 24,6 em 2019 para R\$ 81,0 em 2023, passando por valores intermediários como R\$ 39,6 (2020) e R\$ 45,7 (2021). O estado do Pará manteve o maior volume de investimento durante todo o período: iniciou com R\$ 183,0 em 2019, saltou para R\$ 276,0 em 2020, caiu para R\$ 224,0 em 2021 e para R\$ 179,0 em 2022, voltando a crescer em 2023, com R\$ 287,0. Esses dados revelam que o tema da preservação aquática vem ganhando espaço na alocação de recursos públicos em todas as esferas, embora com intensidades diferentes. O avanço de Salinópolis em 2023 é particularmente notável, apontando para uma possível virada institucional em sua política ambiental (Gráfico 25).

Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.





Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, Salinópolis x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: Portal da Transparência Federal e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 160/hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 300/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 15 VIDA TERRESTRE

O Objetivo 15 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU está diretamente ligado à preservação da biosfera, ao propor a proteção, recuperação e o uso sustentável dos ecossistemas terrestres. Entre suas metas estão a gestão sustentável das florestas, o combate à desertificação, a reversão da degradação do solo e a contenção da perda de biodiversidade. Todos os seres vivos dependem do meio ambiente para atender às suas necessidades básicas de sobrevivência, como acesso à água, alimento, ar e abrigo. Embora animais e plantas consigam se adaptar ao ambiente em que vivem, essas adaptações ocorrem de forma gradual e têm limites, especialmente diante dos altos níveis de degradação ambiental que comprometem sua sobrevivência.

Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 15**: Percentual da Área de Floresta em relação à área total e Percentual da Área desmatada em relação à área total.

Percentual da Área de Floresta em relação à área total

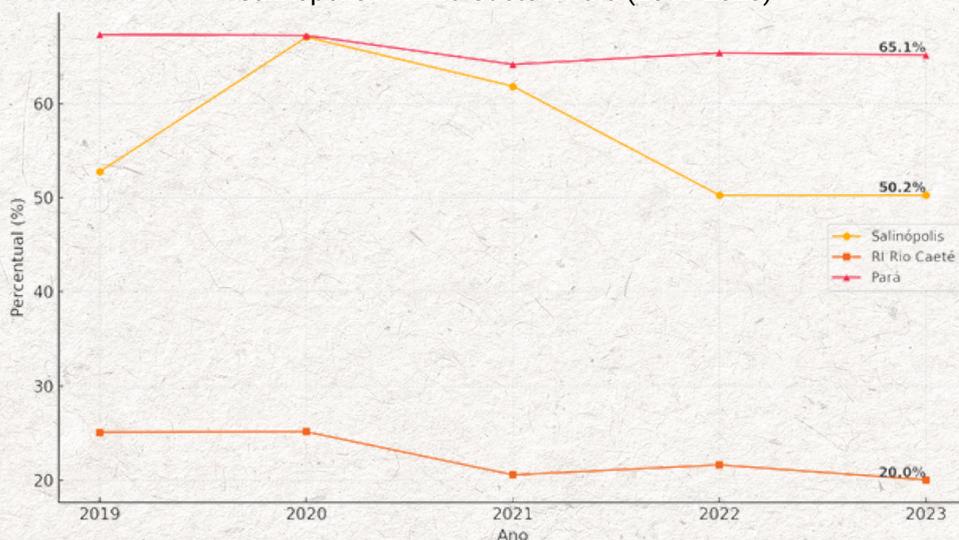
Entre 2019 e 2023, o percentual da área de floresta em relação à área total em Salinópolis variou de forma significativa. Em 2019, o município registrava 52,8% de cobertura florestal, valor que aumentou consideravelmente para 66,2% em 2020. A partir de 2021, iniciou-se um declínio: caiu para 62,1%, depois para 50,1% em 2022 e estabilizou-se em 50,2% em 2023. Essa trajetória sugere um possível recuo nas ações de proteção ou avanço de pressões sobre o território florestal, como expansão urbana ou atividades econômicas, que impactaram negativamente a preservação da vegetação nativa após 2020 (Gráfico 26).

Na Região de Integração (RI)

Rio Caeté, o indicador manteve-se mais estável, começando com 25,2% em 2019 e 2020, diminuindo para 20,6% em 2021, 21,9% em 2022, e chegando a 20,0% em 2023 – o menor valor da série. Já o estado do Pará apresentou maior resiliência: iniciou com 65,4% em 2019, manteve esse patamar em 2020, teve leve queda para 63,1% em 2021, subiu para 64,5% em 2022 e encerrou com 65,1% em 2023. Esses dados evidenciam que, embora o Pará consiga preservar grande parte de sua cobertura florestal, Salinópolis perdeu parcela importante dessa vegetação nos últimos anos, o que demanda atenção quanto ao uso do solo e políticas de conservação (Gráfico 26).



Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Salinópolis x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 50,2%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 80%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

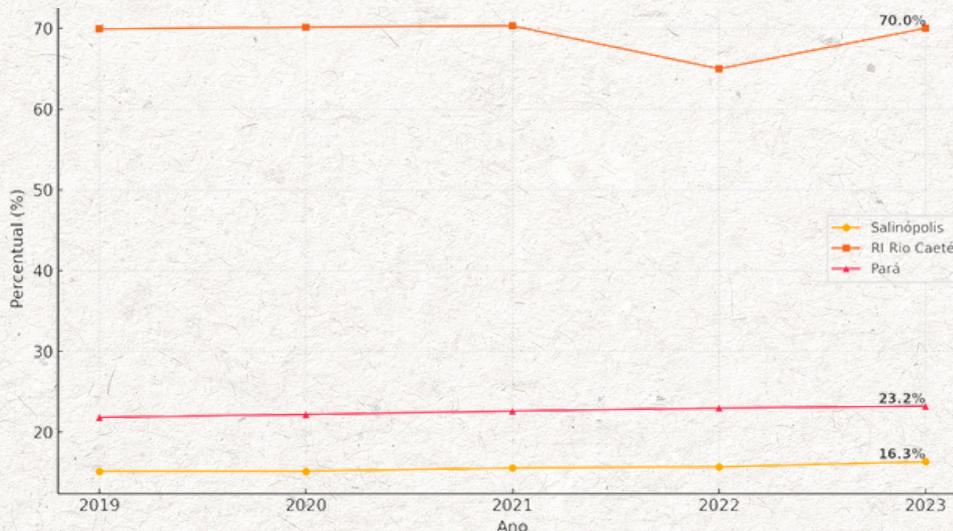
Percentual da Área Desmatada em relação à área total

O percentual da área desmatada em relação à área total em Salinópolis apresentou leve, mas constante crescimento no período. O município iniciou com 15,3% em 2019, manteve esse valor em 2020, e teve sucessivos aumentos para 15,6% em 2021, 15,9% em 2022 e 16,3% em 2023. Apesar de o crescimento ser gradual, ele indica a permanência de pressões sobre o território, mesmo que o percentual ainda esteja abaixo das médias regionais e estaduais. Esse avanço do desmatamento pode estar ligado à ocupação desordenada, à expansão agropecuária ou a falhas no controle ambiental (Gráfico 27).

Na RI Rio Caeté, os valores foram significativamente mais altos, mantendo-se em 69,6% entre 2019 e 2020, caindo para 65,0% em 2022, e voltando a subir para 70,0% em 2023. O estado do Pará iniciou com 21,7% em 2019 e teve aumentos sucessivos até atingir 23,2% em 2023. A comparação revela que, apesar da estabilidade relativa de Salinópolis, a tendência geral em todos os níveis é de aumento da área desmatada. Esse cenário reforça a importância de ações mais incisivas de monitoramento e proteção ambiental, especialmente na RI, que apresenta níveis críticos de desmatamento e vulnerabilidade ecológica (Gráfico 27).



Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Salinópolis x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 16,3%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 1%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Fonte: PRODES e IBGE.



ODS 16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

O Objetivo 16 tem como foco principal promover sociedades pacíficas e inclusivas, garantir o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis. Os conflitos, tanto regionais quanto globais, fazem parte da história há séculos. Apesar dos esforços de instituições como a ONU para promover a paz mundial, ainda há um longo caminho a percorrer. Por isso, fortalecer o Estado de Direito, assegurar os direitos humanos, promover a estabilidade por meio de uma governança eficiente e garantir ambientes de paz são ações fundamentais para o avanço do desenvolvimento sustentável.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 16**: Trabalho Infantil por 100 mil habitantes e Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.

Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

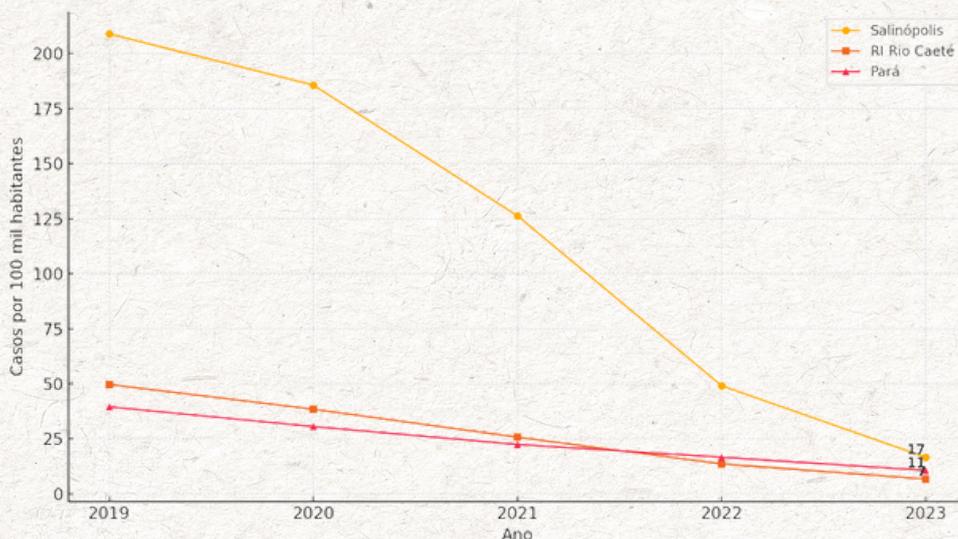
Trabalho Infantil por 100 mil habitantes

Entre 2019 e 2023, o município de Salinópolis apresentou uma queda significativa no número de casos de trabalho infantil por 100 mil habitantes. O indicador iniciou em um nível bastante elevado, com 210 casos em 2019, seguido por uma redução contínua: 185 em 2020, 127 em 2021, 50 em 2022 e, finalmente, 17 em 2023. Essa trajetória de forte declínio indica a efetividade de políticas públicas voltadas à proteção da infância, como programas sociais, ações educativas e fortalecimento da fiscalização. A queda expressiva de mais de 90% ao longo do período representa um avanço notável na erradicação do trabalho infantil no município (Gráfico 28).

No mesmo período, a Região de Integração (RI) Rio Caeté reduziu seus índices de 49 casos por 100 mil habitantes em 2019 para 11 em 2023. O estado do Pará também apresentou declínio: de 38 para 10 casos por 100 mil. Embora Salinópolis tenha começado com um índice muito superior ao da RI e do estado, seu ritmo de redução foi mais acentuado, permitindo que em 2023 ficasse próximo dos demais territórios. Esses dados demonstram que, apesar de um ponto de partida crítico, o município avançou significativamente, o que serve como referência para outras localidades com desafios semelhantes (Gráfico 28).



Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Salinópolis x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 17 Pessoa/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoa/100 mil hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

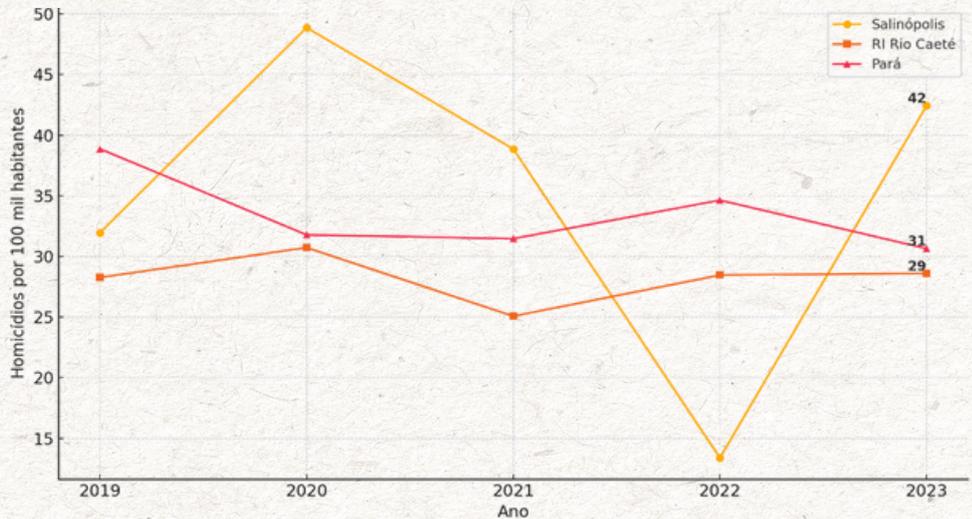
Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes

A taxa de homicídios por 100 mil habitantes em Salinópolis apresentou comportamento instável entre 2019 e 2023. O indicador começou com 32 homicídios em 2019 e subiu para 49 em 2020, maior valor do período. Em 2021 houve redução para 39, seguida de um forte recuo em 2022, com apenas 13 homicídios por 100 mil o menor índice da série. No entanto, em 2023 a taxa voltou a subir drasticamente, atingindo 42 homicídios. Essa oscilação sugere que os avanços na segurança pública não se consolidaram de forma contínua, podendo estar sujeitos a fatores conjunturais como operações policiais, conflitos locais ou mudanças na gestão da segurança (Gráfico 29).

A RI Rio Caeté apresentou maior estabilidade no período, com variações mais moderadas: iniciou com 28 homicídios por 100 mil habitantes em 2019 e terminou com 29 em 2023. O estado do Pará oscilou entre 39 em 2019 e 31 em 2023, com pequenas variações ao longo dos anos. Comparado a esses recortes, Salinópolis destaca-se pela alta volatilidade de sua taxa de homicídios, especialmente pelos picos em 2020 e 2023. O comportamento irregular aponta para a necessidade de estratégias mais estruturadas e sustentáveis de combate à violência, com foco em prevenção, inteligência e fortalecimento institucional da segurança pública (Gráfico 29).



Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Salinópolis x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 42 Pessoas/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoas/100 mil hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 17 PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO

O Objetivo 17 tem como meta fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global em prol do desenvolvimento sustentável. Uma de suas principais diretrizes destaca a importância da cooperação entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, promovendo a colaboração internacional como caminho para alcançar a sustentabilidade. Isso inclui a adoção de políticas que ajudem a reduzir desigualdades e a reestruturar desafios comuns, por meio de soluções conjuntas e solidárias.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 17**: Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB e Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa pontos por 100 hab.).

Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.



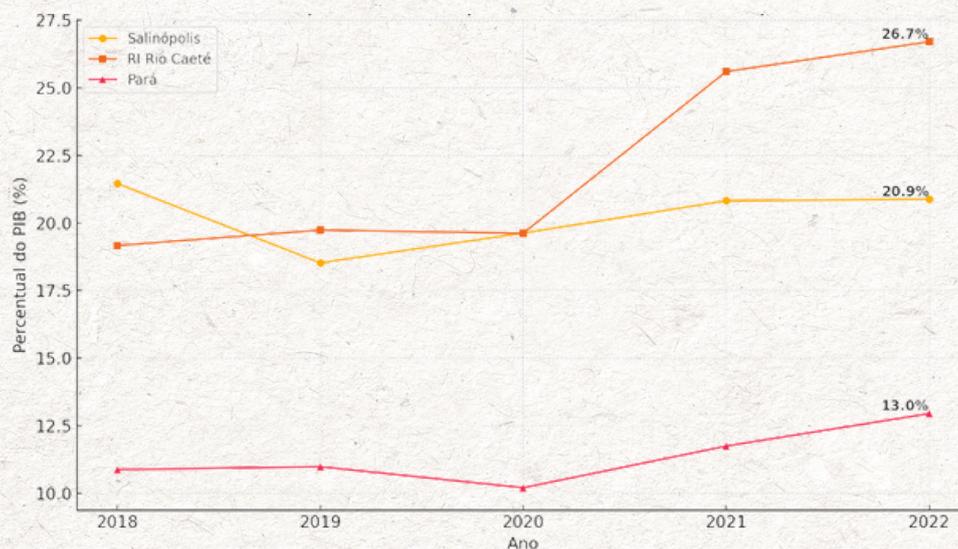
Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB

Entre 2018 e 2022, o indicador “Gasto Público Municipal como Percentual do PIB” em Salinópolis apresentou relativa estabilidade, com variações moderadas ao longo dos anos. Em 2018, o gasto representava 21,5% do PIB do município, caindo para 18,6% em 2019. A partir de então, observou-se um leve crescimento: 19,6% em 2020, 20,9% em 2021, e o mesmo valor foi mantido em 2022 (20,9%). Esse comportamento indica uma retomada gradual da capacidade de investimento público em relação à economia local, embora sem alcançar novamente o patamar inicial observado em 2018 (Gráfico 30).

Na Região de Integração Rio Caeté, o indica-

dor registrou crescimento expressivo, passando de 19,2% em 2018 para 26,7% em 2022. Esse aumento foi especialmente notável entre 2020 (19,6%) e 2021 (25,8%), refletindo uma intensificação dos gastos públicos na região. Já no estado do Pará, os percentuais permaneceram mais baixos, mas também em leve ascensão: de 10,9% em 2018 para 13,0% em 2022. A comparação entre os três níveis revela que, embora Salinópolis tenha mantido uma proporção estável de gasto público em relação ao PIB, a RI Rio Caeté ampliou significativamente essa participação, indicando uma expansão mais acelerada das despesas públicas municipais na região (Gráfico 30).

Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Salinópolis x RI Rio Caeté x Pará (2018-2022)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 20,9%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 36%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

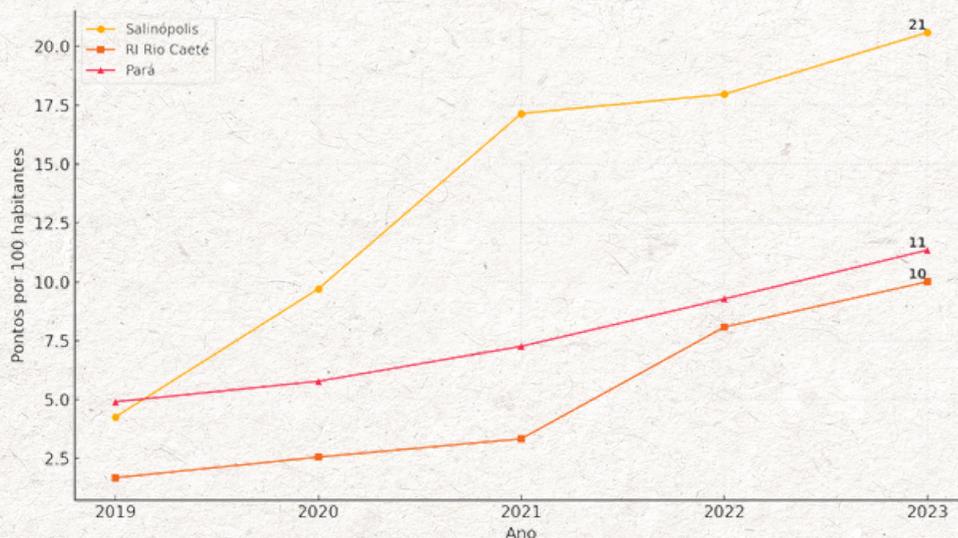


Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.)

Entre 2019 e 2023, a Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa em Salinópolis apresentou crescimento expressivo e contínuo. O indicador saiu de 4,2 pontos por 100 habitantes em 2019, subiu para 9,7 em 2020 e deu um salto considerável para 17,1 em 2021. Esse avanço foi seguido por aumentos mais moderados: 18,0 em 2022 e 21,0 em 2023. Essa trajetória positiva revela um esforço significativo na expansão da infraestrutura de conectividade no município, que mais do que quadruplicou a taxa em cinco anos, indicando maior inclusão digital e acesso da população a serviços online, especialmente em um contexto de transformação digital acelerada (Gráfico 31).

Comparativamente, a Região de Integração Rio Caeté também registrou crescimento, mas em ritmo mais lento: passou de 1,6 pontos em 2019 para 10,0 em 2023. O estado do Pará teve desempenho intermediário, evoluindo de 4,9 para 11,0 pontos por 100 habitantes no mesmo período. Assim, Salinópolis superou significativamente tanto a média regional quanto a estadual, consolidando-se como destaque em conectividade fixa. Esse avanço pode estar atrelado a investimentos públicos e privados em telecomunicações e à crescente demanda por internet de qualidade para fins educacionais, comerciais e residenciais (Gráfico 31).

Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Salinópolis x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: ANATEL e IBGE.

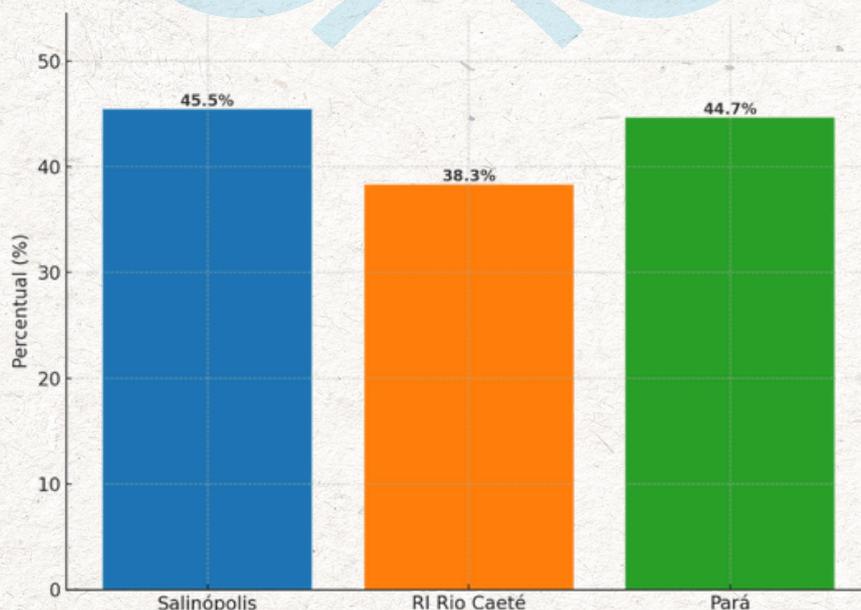
Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 21 Pontos/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 9 Pontos/100 hab. Portanto, a meta foi alcançada.

Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS)

Os 31 indicadores apresentados neste material representam uma seleção dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) monitorados para o município, que totalizam 88 indicadores no conjunto. Utilizando a metodologia de cálculo do Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS) recomendada pela ONU para 2025 – e adotada pelo Observatório ODS-FAPESPA – foi possível obter os resultados consolidados para o estado, a região e o município com base nesses 88 indicadores.

No ano de 2025 o município de **Salinópolis** registrou um IDS de **45,5%** (gráfico 32).

Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Salinópolis x RI Rio Caeté x Pará (2025)



Referências

CHAVES, 2023. **Nota Técnica - Metodologia para Elaboração dos Relatórios ODS Municipais**. In: Observatório ODS-FAPESPA. Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA). Belém-PA, 2024. Disponível em: <<https://tinyurl.com/5bcr9vf8>> Acesso em 17/02/2025.

SDSN - Sustainable Development Solutions Network. **Metodologia: Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades**. Disponível em: <<https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/methodology/>> Acesso em 21/03/2025.



Anexo I

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027

O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Para avançar nesse sentido, constituem-se como referências ao processo de elaboração do PPA 2024-2027, os documentos que compõem a sua base estratégica:

- Plano de Governo 2023 – 2026.
- Planos Setoriais de médio e longo prazos.
- Agenda 2030 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS).

No Plano de Governo 2023-2026 estão propostas as diretrizes, eixos, os projetos estruturantes e as prioridades governamentais para esse período, que abrange 3 anos do PPA ora proposto e reverbera, de acordo com o princípio da continuidade, planos e ações a serem conduzidas na gestão que se sucede.

A partir desta referência, foram definidas as diretrizes estratégicas do PPA 2024-2027.

Figura 1 - Plano de Governo 2020-2023 e Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.

Os planos estratégicos setoriais, por sua vez, apresentam perspectiva de médio e longo prazos para políticas públicas específicas, como meio ambiente, educação, saúde e segurança pública, dentre outras.

Cabe ressaltar, sob o protagonismo que a questão ambiental alcança em todas as áreas e setores da sociedade, a opção do Governo Estadual em evidenciar, em seu principal instrumento de planejamento, as ações do Plano

Estadual Amazônia Agora (PEAA), instituído em 2020 na atual proposta do PPA 2024-2027, a fim de dar maior transparência e solidez a essa política pública. Para tanto, necessitou-se proceder o alinhamento desde os níveis estratégicos dos dois instrumentos, para então, em conjunto com os responsáveis pela formulação e execução da política de meio ambiente no Estado, delinear no plano tático as necessárias identificações.



Figura 2 - Eixos Estratégicos e Ações PEAA – PPA 2024-2027 Densidade de Ações do PEAA, por Eixo



Fonte: Seplad, 2023.

Por sua vez, a Agenda 2030, enquanto articula as políticas públicas e os planos setoriais à agenda internacional, disposta por organizações multilaterais, apresenta-se novamente como referência para a elaboração de mais um ciclo de PPA estadual.

Conforme sintetizado no Manual do PPA 2024-2027 (pag. 13 a 14), a adesão voluntária do Governo do Estado à Agenda 2030 das Organizações das Nações Unidas (ONU), oficializada em 2019, ganha relevância a cada exercício, dada sua contextualização e adaptação à realidade amazônica.

O reconhecimento multissetorial dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentáveis (ODS) para o enfrentamento de problemas estruturantes e sua relação com os níveis de desi-

gualdades nacionais e subnacionais, vai ao encontro dos pilares do planejamento governamental estadual. Portanto, ao propor o alinhamento das metas dos ODS aos objetivos estratégicos do Plano Plurianual, em 2020, o Governo cria bases para a institucionalização da agenda afetas aos órgãos executores das políticas públicas setoriais, sob responsabilidade estadual.

Importante considerar que os objetivos da Agenda 2030 agregam as relações causais intrínsecas acerca do desenvolvimento adotado pelas nações, estados e municípios. Nessa linha, a proximidade com o nível estratégico estadual determina maior aderência na definição de eixos e prioridades, aprimora a visão para as oportunidades de interlocução regional e desdobramen-

interfederativos, mediante a robustez das soluções perante os conflitos e mudanças em diversas escalas.

No nível tático (Programas), o atrelamento às ações e metas regionalizadas previstas no arcabouço e atributos do PPA demarcam a execução desconcentrada, a composição de recursos e as estratégias de territorialização. A Figura 4 apresenta a consolidação do alinhamento dos Programas Temáticos propostos no PPA 2024-2027 e os ODS.



Convém ressaltar que, à medida em que os instrumentos de planejamento buscam o aperfeiçoamento do monitoramento e avaliação do desempenho e de resultados, a centralidade das agendas estaduais e globais aproximam-se da ação direta (prestação de serviços públicos) e sua implicação nos objetivos estratégicos de cada diretriz.

Portanto, as dimensões estratégicas do PPA que orientam as correlações aos ODS, a amplitude da institucionalização e os

avanços para a adoção de indicadores mais apropriados às variáveis características aos problemas transversais, demonstram a importância do aprimoramento da gestão e do processo de governança, pontos norteadores do Gestão Estadual.

As Diretrizes Estratégicas partem de um direcionamento da alta gestão e orientam a elaboração da ação governamental em seus instrumentos de planejamento. No PPA 2024-2027, a essas Diretrizes foram encadeados 11 eixos de atuação (temáticos), aos quais se congregaram objetivos estratégicos que guiarão a implementação das políticas públicas na gestão estadual.

Figura 3 - ODS e Programas Temáticos – PPA 2024-2027 Densidade de Programas nos ODS



Fonte: Seplad, 2023.

Sociedade de Direitos

O reconhecimento das desigualdades sociais no Estado do Pará e seus efeitos ao desenvolvimento humano demarca a função estatal quanto à implantação e ampliação do acesso às políticas governamentais. Fundamentada nos princípios dos direitos sociais, essa diretriz abrange os macros objetivos e o conjunto de iniciativas direcionadas à promoção e execução das políticas sociais, quais sejam: saúde, educação, direitos socioassistenciais, segurança pública, cultura, esporte e lazer, além de ações afirmativas da área trabalho e renda.

Figura 4 - Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.



A contextualização dos indicadores sociais, econômicos e ambientais descortina as dimensões socioterritoriais. Dentre os relacionados à distribuição de renda, o rendimento mensal domiciliar per capita (IBGE), em 2022, alcançou o valor R\$1.061,00, ocupando a 20ª posição entre as 27 unidades da Federação Brasileira e o Distrito Federal. Sobre o mercado de trabalho, observa-se que, no mesmo ano, houve decréscimo nas taxas de desocupação, evidenciando melhoria no nível de emprego, cuja taxa de desocupação de 8,2% foi menor em 2,8 pontos percentuais em relação ao ano de 2021, quando registrou o percentual de 11%. No primeiro trimestre de 2023, constatou-se que a taxa de desocupação no Pará reduziu para 9,8%, e no mesmo período de 2022, esta taxa era de 12,2%. Porém, segundo dados da PNADC/IBGE, ainda se mantém um número de 658 mil pessoas desempregada e desalentadas, o que exige políticas públicas de indução do emprego.

Importante considerar, ainda, o tamanho da economia informal no estado que atinge 60% da população economicamente ativa, que inclui trabalhadores da iniciativa privada e trabalhadores domésticos, sem carteira assinada, empregador e conta própria sem CNPJ e trabalhador familiar auxiliar.

Tais variáveis contêm importante correlação aos marcadores de avaliação educacional, a exemplo da Taxa Distorção Série-Idade registrada pelo Censo Escolar 2022 (Nível Fundamental: 23.2%; Médio: 40,9%), da Taxa de Abandono Escolar (Nível Fundamental: 3,1%; Médio: 10,8%) e do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica- Ideb (3ºano do Ensino Médio: 3,2%) que exprimem o hiato na formação educacional e reforçam o alcance de melhores patamares, mediante as tendências contemporâneas e potenciais no mercado formal, ampliação das oportunidades coletivas e autônomas de trabalho e renda. O acesso e fusão de co-

nhecimento - condicionante à entrada e permanência no mundo do trabalho - torna-se essencial, também, para avanços/preservação das atividades socioeconômicas desenvolvidas pelos povos tradicionais, quilombolas e indígenas.

Outro aspecto resultante das situações de vulnerabilidade social é a dependência das ações e benefícios que integram os direitos socioassistenciais, previstos no SUAS. No Estado do Pará, os registros no Cadastro Único de Programas Sociais (CadÚnico) já alcançam, em 2023, 65% da população do estado. Adicionalmente, o Governo implementa ações e programas de Segurança Alimentar e Nutricional, sendo lançado em 2023, o Programa Pacto contra a Fome, com previsão de recursos de R\$124 milhões para os próximos quatro anos, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), alinhado a diversos programas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).





Na área trabalho e renda, amplia-se oferta de capacitação a grupos específicos da cidade e do campo (mulheres, LGBTQIAPN+, ribeirinhos e quilombolas e povos indígenas), além de política de microcrédito, por meio do CredCidadão e linhas de fomento pelo Banpará. Comporta ainda, nesta dimensão, o apoio à formação, orientação e intermediação da mão de obra ao mercado de trabalho, com atenção à acessibilidade e inclusão produtiva. Em 2022, por meio do Sine, 1.227 pessoas com deficiência foram encaminhadas ao mercado formal de trabalho, sendo contratados 310 profissionais pelo Qualifica Pará e 20 mil pessoas foram capacitadas em todo estado.

Ancorada no Sistema Único de Saúde (SUS), a política de saúde requer atenção multidisciplinar e consolidação das responsabilidades interfederativas. O cenário pós-pandemia Covid-19 move a retomada das demandas e atendimentos eletivos represados em todos os níveis. Na atenção primária, dentre outras, são prioridades a prevenção da mortalidade infantil e materna, e também a cobertura vacinal, que alcançou 44% da meta estadual prevista no ano de 2022. No campo da média e alta complexidade, destacam-se os esforços para desconcentração dos serviços especializados de saúde em 16 estabelecimentos de saúde de execução direta da gestão estadual, com capilaridade nas doze regiões de Integração, assim como, a ampliação do apoio à reconstrução/reforma de unidades de saúde municipais. O apoio à gestão municipal se efetiva, também, por meio de cofinanciamento, capacitação, pactuação de serviços em rede, fortalecendo a reorganização dos sistemas de informações em saúde, condições intrínsecas às ações de vigilância em saúde previstas no SUS, inclusive, nos casos de atenção multidisciplinar, no atendimento de pessoas com transtorno de espectro autista -TEA.

A contextualização da Segurança Pública no âmbito estadual está preconizada no Plano Estadual, instrumento norteador das ações regionalizadas de prevenção e defesa social. Os indicadores sobre a violência contra a mulher, juventude, além de acidentes e mortes no trânsito revelam o tamanho dos desafios e exigem estratégias preventivas, intervenção multidisciplinar e intersetorial. Importante destacar que, a partir das metas institucionais do Sistema de Segurança Pública, o Pará passou a ser reconhecido pelos esforços adotados para a redução dos índices de criminalidade, considerando a série histórica entre 2018 e 2021, relacionado a Mortes Violentas Intencionais (MVI), apontado pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2023).

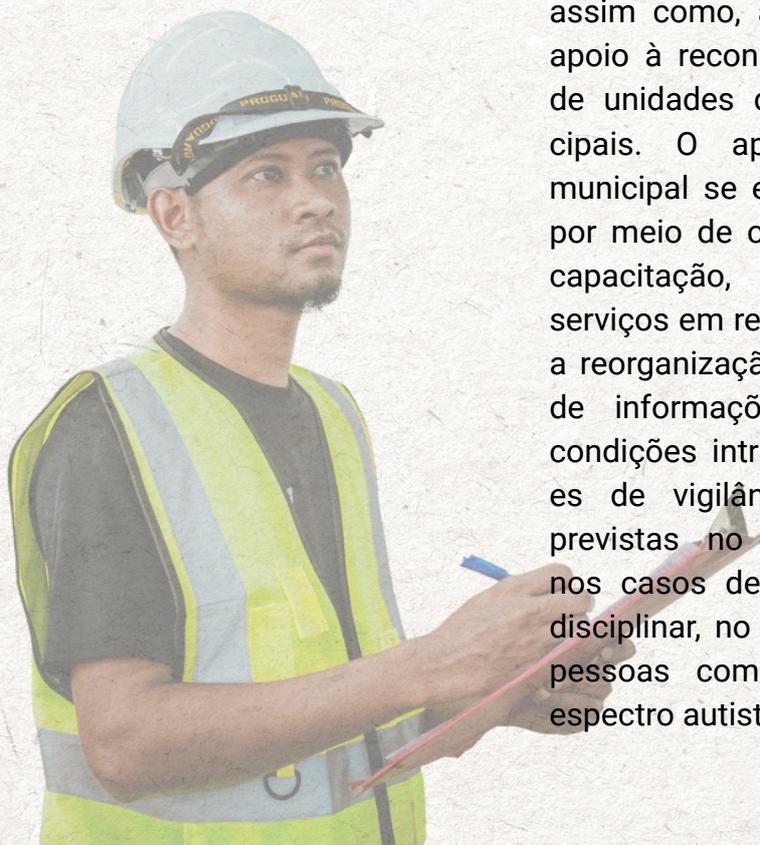


Foto: Pedro Guerreiro/Ag. Pará



As intervenções preventivas em territórios vulneráveis, especialmente nas áreas metropolitanas, originaram a implementação de nove Usinas da Paz, estratégia do Programa Territórios da Paz, congregando um conjunto de ações, parcerias e prestação de serviços de diversas políticas públicas para a população do entorno. Há oferta de capacitação a jovens e adultos, esporte e lazer às crianças e encaminhamentos para acesso à rede de serviços públicos, iniciativas que apontam caminhos para a profissionalização e oportunidades que contribuem para a redução dos índices de violência local.

A cultura, esporte e lazer desempenham protagonismo para o bem-estar social, inclusão e identidade patrimoni-

al material e imaterial do povo paraense. A implementação e gestão de espaços, ampliação do apoio às diversas manifestações culturais, acesso à leitura e aos programas socioesportivos de incentivo ao atleta e ao esporte educacional, são compromissos, dada sua complementariedade ao desenvolvimento social, local e regional. A implantação de projetos como o Porto Futuro I e II e Parque da Cidade constituem iniciativas que impactam no ambiente urbano, coletivo e acessível à população, na Região Xingú, e importam em investimentos, como tantos outros previstos neste PPA, que também serão fundamentais na perspectiva da realização da COP30, em Belém, em 2025.

A implementação de progra-

mas e ações de enfrentamento às violações de direitos responde às situações de vulnerabilidades afetas a cada segmento populacional. Neste sentido, a rede de atendimento especializada (proteção e apoio socioassistencial, socioeducação e direitos humanos) será o suporte para convergência a outros programas destinados a mulheres, LGBTQIAPN +, povos indígenas, crianças e adolescentes, pessoas com deficiência, idosos e demais grupos e em situação de risco pessoal e social. Essa dimensão é regida pelo protagonismo do controle social, cujos conselhos de direitos e as demais organizações setoriais constituem arena política para avaliação da efetividade e transparência das políticas públicas.

Crescimento inteligente

O desenvolvimento orientado para a sustentabilidade ambiental, econômica e social constitui-se enquanto premissa do planejamento estadual. Entre as potencialidades naturais e os desafios territoriais urbanos e rurais, a ação governamental perpassa pela diversidade socioambiental e pressão climática global, exigindo a intensificação do apoio, indução, fomento, regulação e execução de políticas públicas diferenciadas.

As ações governamentais estaduais estão estruturadas em planos multisetoriais, tal como o Plano Estadual de Mudanças Climáticas,

Programa Estadual Amazônia Agora e Plano Estadual da Bioeconomia. O Programa de Atuação Integrada Territórios Sustentáveis, a ampliação do Programa Regulariza Pará e a criação de instrumentos de incentivo, como o Fundo da Amazônia Oriental (FAO), o Fundo Garantidor para Pequenos Produtores da Bioeconomia (FGP PIB) e o BANPARÁ-BIO, compõem iniciativas significativas para integração e viabilização das agendas públicas. Ademais, ressalta-se a implementação de mecanismo estadual para a Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal - REEDS. Os impactos



dessas medidas, ao mesmo tempo em que ampliaram a capacidade de captação de recursos e parcerias, contribuíram para resultados como a diminuição dos níveis de desmatamento, que em 2023, alcançou 32,6% em relação a 2022.

Portanto, o papel indutor do estado reconfigura-se à medida das transformações e adequações dos modelos adotados com forte dinâmica ao mercado externo, para maior encadeamento produtivo endógeno e inclusivo economicamente. Nesse sentido, o Projeto Descarboniza Pará é exemplo de estratégia multissetorial junto ao Ministério da Economia, que prevê a injeção de capital internacional na ordem de 300 milhões de dólares, cujo investimento será direcionado para implementação de políticas públicas de meio ambiente e desenvolvimento do Pará, com ênfase no processo de transformação para uma economia de baixo carbono. Um dos eixos de intervenção, baseado nos contornos geopolíticos e econômicos estaduais e regionais, refere-se à ampliação de condições de logística e infraestrutura, tal como transportes em diferentes modais e regiões, pavimentação e melhorias de estradas estaduais e ampliação do apoio às vicina-

is, com o intuito de garantir locomoção e escoamento da produção, especialmente, gerada pelas organizações coletivas, familiares e autônomas. Nesse sentido, estão em andamento a construção de 11 terminais hidroviários de passageiros nos municípios de Salinópolis na Região Tapajós, em Melgaço na Região Marajó, em Salinópolis e Mocajuba na Região Tocantins, e em Belém (Xingú) no Distrito de Icoaraci.

As especificidades setoriais potencializam o foco nas atividades produtivas essenciais, a partir de arranjos e cadeias produtivas prioritárias e seus efeitos na consolidação de polos regionais: organização produtiva, redes de comercialização, capacidade de geração de ocupação produtiva e renda. Nesse contexto, o Plano Estadual de Bioeconomia, construído em 2022, definiu os eixos: Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação; Patrimônio Cultural e Conhecimento Genético; Cadeias Produtivas e Negócios Sustentáveis, que integram dentre outros, os programas de desenvolvimento do cacau, açaí, mandioca, abacaxi, cupuaçu, mel, pupunha e urucum, experiências produtivas mais cultivadas. A amplitude da sociobiodiversidade enseja a identificação e valorização das atividades florestais não madeireiras, con-

forme mostram as pesquisas e estudos amazônicos.

Importa enfatizar a força da agricultura familiar como agregadora de ocupação e renda e contribuição econômica local. Em 2022, mais de 400 mil pessoas foram beneficiadas, direta e indiretamente, com ações de apoio e fomento em todas as regiões de integração. Essa vinculação implicará no processo de desenvolvimento socioespacial rural e urbano, com vistas à redução das desigualdades regionais.

Considera-se, também, o comércio e serviços como importantes setores econômicos à geração de emprego e renda, constatando-se que esses segmentos viabilizaram 47,46 % de empregos formais na capital e interior em 2022. Ademais, a cadeia potencial do turismo integra produtos turísticos diversificados e regionalizados que agregam a promoção do artesanato, gastronomia e cultura amazônica. A ampliação do setor deve abarcar novas rotas turísticas para além da capital e das regiões Baixo Amazonas e Marajó, sendo estes os destinos com maior demanda.



Enquanto condicionantes ao desenvolvimento e inovação, a ciência e tecnologia deverão receber maior incentivo estadual visando a ampliação da conectividade, estímulo ao acesso e apoio à estudos e pesquisa, inclusive para produção em escala local e regionalizada. Outro aspecto importante - reordenamento rural e urbano - demandará avanços na regularização fundiária, interlocução sub-regionais pactos federativos, especialmente as unidades de conservação

de uso sustentável e proteção integral, que representam 22% do território estadual. A dinâmica inerente ao crescimento e desenvolvimento estadual a médio e longo prazo vem sendo gerida a partir de programas intersetoriais e ganha relevância no âmbito estratégico, com a adesão do Estado à Agenda 2030; protagonismo do governo estadual em agendas regionais e globais, como a interlocução e apoio para a realização conjunta da COP 30 na cidade de

Belém; e a construção do Planejamento de Longo Prazo Pará 2050 (em andamento), evidenciando a perspectiva de novos caminhos, o que trará maiores responsabilidades na reversão e mitigação dos indicadores atuais, especialmente resultantes dos modelos econômicos atuais, exclusão socioproductiva e impactos ambientais.

Trabalho com responsabilidade

A continuidade da visão estratégica com sustentabilidade alinhada aos anseios sociais pressupõe responsabilidade pública e equilíbrio fiscal. Os componentes estruturantes para efetivação dos planos, quais sejam, os projetos componentes da ação pública governamental, obedecem ao arcabouço fiscal, tributário e previdenciário. Nessa lógica, o atendimento aos limi-

tes constitucionais e legais deve permear os critérios dos gastos previstos na formulação e execução dos instrumentos de planejamento como PPA, LDO e LOA. Portanto, o ciclo de entrada e saída de recursos públicos dinamiza o conjunto de prioridades e metas regionalizadas, orientando a definição de investimentos e ações continuadas por meio de pro-

gramas estratégicos. A definição de corresponsabilidade em diversos níveis organizacionais, atenção às especificidades orçamentárias, melhoria na arrecadação e captação de recursos vêm sedimentando condições para melhoria da capacidade de gestão, governabilidade e transparência perante as diretrizes e objetivos estratégicos definidos pela Gestão Estadual.





Gestão Pública Presente

Esta diretriz retrata a institucionalização da oferta de serviços à população, em todas as regiões, no lugar em que se faça necessária a presença do estado, conforme previsto nos programas estratégicos. Consciente das exigências quanto à competência e capacidade pública para a resolução das demandas da sociedade, urge a integração do conjunto de recursos, quer sejam eles humanos, materiais ou de conhecimento, que favoreçam o aumento da eficiência dos processos, eficácia e efetividade da ação governamental, em todos os territórios do estado.

Certamente, os desafios externos influenciáveis à gestão estadual requerem interpretação de cenários e ampliação da capacidade de resposta governamental. Dessa forma, as mudanças contemporâneas da sociedade nortearam o redimensionamento do estado com a criação de novas unidades, a exemplo da Secretaria da Mulher, Povos Indígenas, Direitos Humanos. No campo da modernização ambiental nos órgãos públicos estaduais, o Programa Energia Limpa visa a redução da utilização de fontes de energia não renováveis, dos custos de energia elétrica e contribuir para a mitigação

das mudanças climáticas.

Nessa linha, a implementação dos programas de qualificação da gestão, as mudanças nas estruturas organizacionais e a modernização objetivam a inovação e o aperfeiçoamento dos métodos de planejamento, execução e avaliação institucional. O compromisso de dotar o estado de um instrumento de planejamento de longo prazo, a busca por novos modelos de gestão e captação de recursos e a transformação digital, são projetos conectados à necessária melhoria da accountability, transparência e o aprimoramento da governança pública.

*Texto extraído do **Plano Plurianual 2024-2027**, "O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Lei n.º 10.260, de 11 de dezembro de 2023 (Institui o Plano Plurianual do Estado para o período de 2024 a 2027).



FAPESPA

Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas

Avenida Presidente Vargas, nº670, Belém - PA

www.fapespa.pa.gov.br

